

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**



Dissertação

**Negacionismo instrumental:**

as oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência

**Luis Miguel Levy Carvalho**

Pelotas, 2021

**Luis Miguel Levy Carvalho**

**Negacionismo instrumental:**

as oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Robertt

Pelotas, 2021.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

C331n Carvalho, Luis Miguel Levy

Negacionismo instrumental : as oscilações do governo  
Bolsonaro entre ciência e anticiência / Luis Miguel Levy  
Carvalho ; Pedro Robertt, orientador. — Pelotas, 2021.

78 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política,  
Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Anticiência. 2. Negacionismo científico. 3.  
Racionalidade instrumental. I. Robertt, Pedro, orient. II.  
Título.

CDD : 321.02

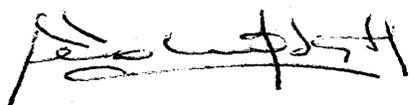
LUIS MIGUEL LEVY CARVALHO

NEGACIONISMO INSTRUMENTAL: AS OSCILAÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO  
ENTRE CIÊNCIA E ANTICIÊNCIA

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 17 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:



.....  
Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz (Orientador). Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul.



.....  
Prof. Dr. Marcos Aurélio Lacerda da Silva. Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado de Rio de Janeiro.



.....  
Prof. Dr. Sílvio César Camargo. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas.

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer, antes de mais nada, a todas as pessoas que vêm se esforçando para acompanhar os estudos, a divulgação das pesquisas, e as recomendações científicas, buscando minimizar os danos de uma pandemia tão devastadora e que, infelizmente, foi agravada pela anticiência e o negacionismo científico no Brasil durante a própria realização da pesquisa que resultou nesta dissertação.

Gostaria de agradecer também a minha companheira, Victoria, que vem convivendo comigo durante este período - de pandemia e pesquisa de mestrado -, durante o qual pôde me proporcionar todo apoio e suporte, emocional e intelectual, de importantíssima relevância para o trabalho apresentado nesta dissertação.

Minha família merece, também, especial agradecimento, especialmente meu avô, Luiz Carlos e minha avó, Anadege, que sempre estiveram ao meu lado e me deram todo o suporte para que eu pudesse me dedicar a minha trajetória acadêmica.

Por fim, gostaria de agradecer ao meu orientador, Pedro Robertt, que me guiou durante o percurso até a conclusão desta dissertação, além de ter compreendido as dificuldades e os percalços que tive durante esta situação extraordinária de pandemia e me apoiado até a conclusão deste trabalho.

## Resumo

LEVY, Luis Miguel. **Negacionismo instrumental**: oscilações do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência. 2021. 78f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Sociologia Filosofia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O presente trabalho analisa as normas jurídicas de resposta do governo Jair Bolsonaro à pandemia de COVID-19 no Brasil sob a perspectiva da ciência e da anticiência durante o ano de 2020. Uma abordagem teórica abstraída da teoria crítica de Jürgen Habermas guia a presente investigação. A pesquisa visa responder ao seguinte problema: “em que medida a administração do governo Bolsonaro adota uma postura anticientífica em sua resposta à pandemia de COVID-19 no Brasil, rompendo com a tendência de administração estatal caracterizada pelo embasamento científico de suas ações e que estava consolidada no país ao longo dos últimos governos desde a redemocratização do país?”. A investigação partiu de dados secundários disponibilizados pelo boletim informativo “Direitos na pandemia”, que realiza um mapeamento e analisa as normas jurídicas expedidas pela União durante a pandemia. Como resultado, identificamos uma oscilação do governo Bolsonaro entre ciência e anticiência, confirmando nossa hipótese e sugerindo uma nova forma de racionalidade instrumental que aparece na contemporaneidade, a qual chamamos de negacionismo instrumental.

**Palavras-chave:** anticiência; negacionismo científico; racionalidade instrumental

## Abstract

LEVY, Luis Miguel. **Instrumental denial**: Bolsonaro administration's oscillations between science and anti-science. 2021. 78f. Dissertation (Master Degree in Sociology) - Postgraduate Program in Sociology, Instituto de Sociologia Filosofia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

The present work analyzes the legal norms of response of the Jair Bolsonaro's administration to the COVID-19 pandemic in Brazil from the perspective of science and anti-science during the year of 2020. A theoretical approach abstracted from Jürgen Habermas' critical theory guides this investigation. The research aims to answer the following problem: "to what extent Bolsonaro's administration adopts an anti-scientific posture in its response to the COVID-19 pandemic in Brazil, breaking with the trend of state administration characterized by a scientific foundation to its actions and that was consolidated in the country over the last governments since the country's redemocratization?". The investigation was based on secondary data provided by the newsletter "Direitos na pandemia", which maps and analyzes the legal norms issued by the Union during the pandemic. As a result, we identified an oscillation of the Bolsonaro government between science and anti-science, confirming our hypothesis and suggesting a new form of instrumental rationality that appears in contemporaneity, which we call instrumental negationism.

**Key-words:** anti-science; science denial; instrumental rationality

## Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>Teoria crítica, ciência e sociedade.....</b>	<b>12</b>
2.1	Teoria crítica como ciência e sobre a ciência.....	13
2.2	Ciência e sociedade capitalista em Habermas.....	15
2.3	Crise do Estado de bem-estar social e o neoconservadorismo.....	24
<b>3</b>	<b>Uma contextualização da recente ascensão do pensamento anticientífico e dos governos brasileiros desde a redemocratização do Brasil.....</b>	<b>30</b>
3.1	Contexto sócio-político brasileiro.....	30
3.2	Contexto da ascensão do pensamento anticientífico.....	40
<b>4</b>	<b>Análise empírica.....</b>	<b>46</b>
4.1	Teoria habermasiana e o caso brasileiro.....	46
4.2	A confiança na ciência e a ideologia da tecnocracia após a crise do Estado de bem-estar social.....	50
4.3	Problema, hipótese e metodologia.....	52
4.4	Análise dos dados.....	56
<b>5</b>	<b>Conclusão.....</b>	<b>70</b>
	<b>Referências.....</b>	<b>75</b>

## 1 Introdução

A anticiência e o negacionismo científico são fenômenos que tomaram grandes proporções nos últimos anos<sup>1</sup>. Com a popularização da internet, as redes sociais, inseridas em nosso atual contexto sócio-político, possibilitaram, através de sua dinâmica, que o entendimento científico sobre o universo em que vivemos, pudesse ser questionado e atacado por praticamente qualquer pessoa, com ou sem qualificação adequada para isso, com a capacidade de atingir um grandíssimo público muito rapidamente. Além disso, o engajamento (positivo ou negativo) dos usuários com os áudios, imagens, textos e vídeos publicados nas redes sociais, assim como a frequência das publicações, não raramente são pontos chave para a circulação e a recomendação

---

<sup>1</sup> As definições de anticiência e negacionismo científico podem variar, no entanto, com a finalidade de manter a coerência, necessitamos delimitá-las. Assim, consideramos *anticientíficas* aquelas ações que buscam desqualificar a ciência como instituição. Isso pode ocorrer, por exemplo, ao se atacar ou reprimir cientistas; ao se apontar como errado ou falso o conhecimento científico vigente, sem evidências igualmente científicas para isso; ao defender, como se fossem científicos ou cientificamente embasados, posicionamentos que não têm fundamentação empírica/metodológica que os sustente; ou ao ignorar o conhecimento e as recomendações científicas ao tentar solucionar determinado problema. O *negacionismo*, por sua vez, está relacionado a este fenômeno anticientífico, pois diz respeito à própria negação da ciência presente nas ações anticientíficas. Ele pode aparecer de modo generalizado, negando a capacidade da ciência, como um todo, em produzir um conhecimento válido, ou de modo específico, negando, sem evidências cientificamente válidas, uma teoria, um estudo, um conjunto de dados, ou a própria capacidade dos cientistas e pesquisadores. Assim, entendemos que anticiência e negacionismo são fenômenos que aparecem em conjunto; uma ação que desqualifica cientistas como justificativa para desconsiderar os dados presentes em seus estudos é anticientífica, ao passo que ataca a ciência, e negacionista, ao passo que nega o conhecimento produzido através da mesma. Tendo estabelecido estas definições, é preciso ainda se atentar ao fato que, em algumas ocasiões em que são efetuados cortes no orçamento público disponível para o financiamento da formação de cientistas, da realização de pesquisas e do funcionamento de universidades, encontramos uma zona cinzenta. Isto porque este tipo de ação não necessariamente se caracteriza como uma tentativa de desqualificar ou negar a ciência, podendo significar simplesmente uma divergência sobre se o Estado é ou não responsável por financiá-la. No entanto, de acordo com o que temos observado no Brasil, os mencionados cortes são, frequentemente, acompanhados por justificativas que atacam os cientistas e o conhecimento produzido por eles, de modo que, neste caso, ao passo que buscam negar e desqualificar a ciência, não apenas discursivamente, mas também promovendo deliberadamente o seu desmonte, tratam-se também de ações anticientíficas.

algorítmica<sup>2</sup> de conteúdo nessas redes. A partir deste mecanismo, a polêmica gerada por publicações anticientíficas, alimenta a própria reprodução da anticiência nas redes sociais, ao passo que a quantidade necessária de tempo para a realização de um trabalho rigoroso de pesquisa, exigido para a elaboração de conteúdos científicos e informativos, torna-se um empecilho para a circulação e recomendação dos mesmos na internet. Assim, não apenas cada vez mais pessoas têm a possibilidade de perpetuar conteúdos que expressam um pensamento anticientífico para grandes públicos, mas este conteúdo tem sua circulação facilitada em comparação a conteúdos com teor científico e informativo. Neste contexto, movimentos como o anti-vax (antivacinação), o design inteligente (pseudociência criacionista que nega a teoria química da abiogênese e a teoria biológica da evolução das espécies por seleção natural), o terraplanismo (que afirma, contrariando todas evidências científicas, que a terra teria um formato plano) e a negação do aquecimento global antropogênico atingiram grandes audiências e ganharam notório espaço na formação da opinião pública. Apesar dos esforços, por parte de alguns cientistas e grupos sociais no combate a estes conteúdos anticientíficos, a situação chegou a um ponto sem precedentes, atingindo o limiar em que múltiplos Chefes-de-Estado (geralmente associados a um pensamento de extrema-direita neoconservador) fizeram campanha, se elegeram e passaram a governar nações associando-se à anticiência. Donald Trump, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, no Brasil, são casos notórios do fenômeno abordado acima.

Em meio a esta ascensão da anticiência e do negacionismo científico, a partir do final do ano de 2019, uma pandemia global de COVID-19 se desencadeou, tendo o vírus SARS-COV-2, causador da doença, primeiramente sido identificado em Wuhan, na China, e então se espalhado por todo o planeta, impactando o Brasil a partir de março de 2020. Com a chegada da doença no país e a noção existente que se tinha, embasada em evidências científicas, sobre a necessidade do isolamento social para conter um vírus como este, Bolsonaro, cumprindo em 2020, seu segundo ano de mandato, reagiu em desacordo com os especialistas sobre o assunto, chamando, em declarações públicas, a

---

<sup>2</sup> Algoritmos são conjuntos de instruções que, no caso da informática, estão contidas em um programa. Recomendações algorítmicas em sites e em redes sociais são recomendações de conteúdo aos usuários partindo de algoritmos, isto é, conjuntos de instruções previamente programadas.

doença de uma “gripezinha” e questionando a necessidade do fechamento do comércio e da realização dos protocolos de isolamento no País. Posteriormente, o presidente defendeu publicamente a utilização de medicamentos, como a cloroquina, para o tratamento da COVID-19, mesmo após as recomendações para a utilização dos mesmos terem sido retificadas por órgãos como a Organização Mundial de Saúde, depois de um breve período de expectativa sobre o seu potencial. Assim, muito rapidamente, podemos observar que, com a chegada da pandemia, o caso da anticiência tomou novas proporções e as consequências da desqualificação do pensamento científico foram potencializadas, colocando a saúde e a vida das pessoas imediatamente em risco.

É a partir do cenário desenvolvido acima que o presente trabalho é motivado. A tentativa aqui é de compreender, em que medida, o governo Jair Bolsonaro adota uma postura anticientífica, particularmente em relação a suas respostas institucionais à pandemia de COVID-19, no Brasil, e como isso pode ser interpretado. Para realizar tal tarefa, partimos de uma perspectiva, inscrita na tradição da teoria crítica, sobre ciência e sociedade, desenvolvida por Jürgen Habermas em diferentes ensaios publicados durante a década de 1960<sup>3</sup>, compilados em uma edição única em português intitulada “Técnica e ciência como ideologia” (HABERMAS, 1997). Do mesmo modo, o entendimento do autor sobre a crise do Estado de bem estar social, desenvolvida em artigo intitulado “A nova intransparência” (HABERMAS, 1987a), também nos ajuda a compreender as condições sob as quais o fenômeno da anticiência pôde tomar tamanhas proporções na contemporaneidade. O conceito de “racionalidade instrumental” (MARCUSE, 1973; HABERMAS, 1987a, 1987b, 1997), já presente na obra de Marcuse e que atravessa a obra de Habermas é central para o desenvolvimento dos argumentos ao longo deste trabalho.

Habermas identifica que, desde o final do século XIX, surgiram as bases para o aparecimento de um compromisso socio-estatal na Europa, que, no decorrer do século XX se consolidou no que ficou conhecido como Estado de bem-estar social. Este modelo de gestão estatal teve a intenção de conciliar conflitos entre capital e trabalho,

---

<sup>3</sup> Tratam-se de: Política científica e opinião pública (1963); Progresso técnico e mundo social da vida (1965); Conhecimento e interesse (1965); Trabalho e interação (1967); Técnica e ciência como ideologia (1968).

assegurando, por um lado, a manutenção das condições básicas para o bom funcionamento do sistema capitalista e do lucro das empresas e, por outro lado, garantindo direitos e serviços como retorno à população. Através deste referido modelo, o financiamento dos desenvolvimentos técnico científicos, por parte do Estado, proporcionava inovações tecnológicas aos empreendimentos capitalistas e resultava, em última instância, na criação de mais riqueza por parte das nações. Os mecanismos do Estado de bem-estar social, como retorno à população, garantiam que esta riqueza se transformasse também em um aumento na sua qualidade de vida, além de proporcionar novos investimentos em ciência e tecnologia. A perpetuação deste ciclo, onde desenvolvimento técnico científico e qualidade de vida se retroalimentavam, proporcionou a consolidação de uma grande confiança, por parte da população, no conhecimento científico. Esta confiança possibilitou uma cientificação da política, a partir da qual decisões políticas passaram a ser apresentadas a partir de dados e de uma linguagem científica, se utilizando da confiança das pessoas na ciência e dando uma roupagem científica a decisões políticas. Desenvolvimento técnico científico e desenvolvimento capitalista avançavam juntos, enquanto os interesses capitalistas eram atendidos através da política científicada, de tal modo que este fenômeno ficou conhecido como ideologia da tecnocracia, ou a falsa consciência de que, através do conhecimento científico, as problemáticas sociais poderiam ser resolvidas de maneira eficiente e neutra.

Assim, os avanços técnico científicos, ao longo do século XX, caminharam lado a lado com as necessidades do modo de produção capitalista, possibilitando uma racionalização da produção e o advento de novas tecnologias produtivas e novas mercadorias. A ciência se fazia útil enquanto instrumento, tanto porque possibilitava uma precisa manipulação da natureza, auxiliando no aumento da produtividade, quanto porque, partindo da confiança da população na mesma, ela podia ser utilizada para justificar decisões políticas de interesse. No entanto, nas últimas décadas do século XX, após a crise do Estado de bem-estar social na Europa, o aparente alinhamento do conhecimento científico com os interesses capitalistas começou a se desfazer, ao passo que novos estudos científicos passaram a evidenciar importantes conflitos entre os modos de produção e de vida capitalistas, a saúde física e mental das pessoas e a sustentabilidade ambiental de nosso planeta. Deste modo, cada vez mais

frequentemente, para diferentes grupos defensores dos interesses capitalistas, a adoção de um olhar científico sobre determinadas problemáticas do mundo da vida não constituía uma postura instrumentalmente racional. Assim, a diminuição dos investimentos públicos no financiamento do conhecimento científico, ocasionada pela crise do Estado de bem-estar social, ao deixar de nutrir a confiança da população na ciência, juntamente com o irremediável desalinhamento entre interesses do capital e o conhecimento oriundo da ciência, foram criando as condições ideais para que, ao longo do século XX, o pensamento anticientífico pudesse aparecer com muita força.

Dado isto, sugerimos a possibilidade desta racionalidade instrumental, antes presente na própria adesão ao pensamento científico, estar associada, também, à anticiência. Isto é, em dados momentos, desqualificar o conhecimento científico pode significar uma escolha racional com um intuito de se atingir determinados fins. Como exemplo, podemos apontar a manipulação de resultados de testes de toxicidade de cigarros realizados pela British American Tobacco (HAMMOND, COLLISHAW & CALLARD, 2006). A empresa, com o intuito racional de sua autopreservação, veio a adulterar resultados científicos que demonstravam os malefícios que os cigarros causavam à saúde dos fumantes. Este exemplo nos ajuda a visualizar de forma clara como a anticiência, presente na adulteração de dados científicos, pode aparecer como uma forma de racionalidade instrumental. No entanto, o fenômeno não se limita a ações de empresas, como a British American Tobacco, podendo aparecer de outras formas, como através de administrações estatais politicamente vinculadas à defesa dos interesses do capital.

Notamos que, desde a redemocratização do Brasil, diferentes administrações do país mantiveram um regular grau de amparo científico às suas ações. No entanto, apesar de ser possível identificar com relativa facilidade que ações do governo Bolsonaro vão em uma direção oposta, o trabalho ocupa-se justamente de identificar em que medida que tal ruptura com o referido padrão de amparo científico ocorre. Para tal, nos utilizamos do boletim informativo “Direitos na Pandemia”, publicado em uma parceria do Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo com o instituto Conectas Direitos Humanos e analisamos

como as normas jurídicas de resposta à covid-19, por parte da administração Bolsonaro, estão amparadas ou não pelo conhecimento científico. O boletim, através dos resultados de sua pesquisa e suas análises realizadas, proporciona uma perspectiva científica multidisciplinar sobre as normas jurídicas de resposta do governo à pandemia, que por questões de viabilidade não poderiam ter sido analisadas individualmente. As normas que analisamos através dos boletins dizem respeito à atuação do governo Bolsonaro em relação a temas como: os tratamentos recomendados para a COVID-19; a preparação para a vacinação; os riscos representados pela pandemia aos povos indígenas; a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante a pandemia; e a gestão do sistema carcerário, no âmbito da união, durante a pandemia. O tema do meio ambiente, fortemente relacionado aos conflitos entre o Governo Bolsonaro e o conhecimento científico vigente, inevitavelmente aparece lateralmente ao longo da pesquisa e dos boletins analisados.

Por fim, a partir de nossa análise, verificamos que as normas jurídicas de resposta do governo Bolsonaro, quando dizem respeito a temáticas que envolvem o conhecimento científico, oscilam entre ciência e anticiência. Tal oscilação confirma nossa hipótese de que tal oscilação ocorreria, sugerindo a presença de uma racionalidade instrumental ao amparo científico ou anticientífico buscado por este governo às suas ações políticas. Esta oscilação é chave, pois mesmo Bolsonaro e seus ministros adotando, por vezes, posturas anticientíficas, a ciência é apenas pontualmente criticada, negada ou desqualificada, de modo a não minar o seu valor como uma instituição capaz de voltar a legitimar decisões políticas no futuro. Em nenhum momento a administração Bolsonaro passa uma mensagem no sentido de que a ciência seria incapaz de compreender o mundo, mas antes parece optar, caso a caso, de acordo com a situação, se determinada abordagem científica, estudo, medicamento, recomendação vale sua adesão. O fato desta administração, simplesmente, não se pautar por recomendações científicas em todos os momentos, nem negar a ciência de modo geral como princípio, sugere que os seus interesses políticos têm um papel importante na tomada de decisão sobre qual postura adotar entre a ciência e sua negação sob cada circunstância.

Para desenvolver esta perspectiva e realizar nossa pesquisa contamos, em um primeiro momento, com um capítulo teórico sobre teoria crítica, ciência e sociedade, onde os debates de teóricos críticos clássicos como Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse sobre a temática da ciência são retomados, até chegarmos na perspectiva de Jürgen Habermas, desenvolvida através de ensaios publicados ao longo da década de 1960. Posteriormente, no capítulo seguinte, reconstituímos brevemente a atitude, frente ao conhecimento científico, dos diferentes governos federais do Brasil, desde sua redemocratização. No terceiro capítulo procuramos realizar uma leitura, a partir das contribuições de Habermas, sobre a anticiência presente no atual governo de Bolsonaro no Brasil, nos possibilitando, então, a formular nosso problema de pesquisa, propor uma hipótese, estabelecer uma metodologia e, enfim, analisar os dados e apresentar nossos resultados. Por fim, desenvolvemos nossas conclusões frente aos resultados obtidos, discutindo os papéis da ciência e da racionalidade instrumental na sociedade contemporânea, assim como as perspectivas de transformação social partindo de uma teoria crítica.

## **2 Teoria crítica, ciência e sociedade**

A anticiência e o negacionismo científico que aparecem nas sociedades contemporâneas são assuntos que requerem atenção sociológica. Assim, neste trabalho procuramos construir uma abordagem sociológica, a partir das contribuições de Jürgen Habermas sobre técnica, ciência, conhecimento, interesse e sociedade que possa apreender este fenômeno. As contribuições deste autor mostram-se relevantes para a abordagem do tema, primeiramente, porque em um momento histórico em que a democracia encontra ameaças frente à ascensão de partidos de extrema-direita ao redor do globo, a sociologia de Habermas traz a percepção de que a construção do conhecimento sociológico deve ter em vista uma ampla democratização das diferentes esferas da vida social. Em segundo lugar, porque durante a pandemia que está em curso no Brasil e no mundo, o negacionismo científico, ao ganhar espaço (como, por exemplo, na forma de campanhas antivacina ou da defesa de tratamentos alternativos ineficazes), está multiplicando o número de vidas perdidas, ao passo que partindo das contribuições de Habermas é possível, sem abrir mão de uma forte crítica à tecnociência de nossa sociedade, fugir de relativismos sobre o conhecimento científico.

Deste modo, a intenção do presente capítulo é a de desenvolver uma perspectiva teórica sociológica, partindo das contribuições de Habermas, acerca do tema da ciência em nossa sociedade, para que possamos, posteriormente, a partir dela, apreender a situação que se passa na sociedade brasileira durante o governo Bolsonaro. Sendo assim, antes de mais nada, uma breve contextualização sobre a teoria crítica da Escola de Frankfurt (tradição teórica na qual está inserido Habermas) e sobre a discussão acerca da técnica e da ciência inscrita nesta tradição se mostra importante. Por este motivo, este capítulo se divide em três seções. Na primeira é realizada uma contextualização da teoria

crítica sob dois aspectos, (a) *como a teoria crítica se constitui como uma abordagem científica para investigar a sociedade* e (b) *qual a perspectiva dos teóricos críticos que antecederam Habermas sobre a técnica e a ciência em nossa sociedade*. Posteriormente, na segunda seção, tendo claro o contexto teórico no qual está inserida a teoria habermasiana, focamos de modo mais aprofundado na abordagem específica do autor sobre ciência e sociedade. Por fim, considerando o fato de as contribuições de Habermas sobre o tema da ciência datarem da década de 1960, trazemos, na terceira seção, a abordagem do autor sobre a crise do estado de bem-estar social que atinge o norte global a partir da década de 1970, que tem impactos na dinâmica entre administração estatal, interesses políticos e produção científica nas sociedades capitalistas<sup>4</sup>.

## **2.1 Teoria crítica como ciência e sobre a ciência**

A própria noção de uma teoria crítica, que vem à tona com este nome a partir da publicação de um ensaio intitulado *Teoria tradicional e teoria crítica* (HORKHEIMER, 1983) em 1937 e remonta à obra de Karl Marx, tem incorporada em sua origem um debate sobre o conhecimento científico de indispensável compreensão para a construção da perspectiva teórica a ser adotada neste trabalho. O argumento de Max Horkheimer em favor de uma teoria crítica (em oposição às teorias tradicionais) parte da percepção de que a sociedade e seus padrões e tendências estão sempre em contínua transformação (diferente do estado permanente das leis da natureza), de modo que, assim, olhar para o mundo social apenas observando o que se apresenta aqui e agora, imediatamente, como é feito através das teorias tradicionais que resultam no conhecimento científico tradicional, acaba apenas por legitimar e reproduzir o atual estado das coisas, em nosso caso, a própria sociedade capitalista, juntamente com suas desigualdades e injustiças. Afinal, se a ciência, ao investigar a sociedade, apenas descreve como ela se apresenta aqui e agora, como se este fosse seu estado permanente, ela está legitimando a ordem

---

<sup>4</sup> Esta perspectiva sobre a crise do estado de bem-estar social, desde que sejam consideradas as particularidades do caso brasileiro, pode ser de grande ajuda para a compreensão do atual momento vivido no Brasil, onde um modelo de administração estatal mais ou menos análogo ao estado de bem-estar social (representado pelos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff) é substituído por um modelo mais ou menos alinhado ao neoliberalismo (representado pelos governos Michel Temer e Jair Bolsonaro).

social vigente, colocando empecilhos para a superação de desigualdades e injustiças presentes na mesma. Assim, este tipo de ciência que parte de uma teoria tradicional se mostra um obstáculo para a emancipação humana. Já uma ciência embasada por uma teoria crítica, tendo consciência do caráter cambiante da sociedade e buscando ir além daquilo que está imediatamente dado, visa produzir um conhecimento que apenas parte da sociedade como ela se apresenta aqui e agora, mas vai além, pois busca direcionar a própria transformação social na direção da superação de suas desigualdades e injustiças, tendo em vista a emancipação humana. Deste modo, a teoria crítica se constitui como uma abordagem científica que olha para a sociedade a partir de uma crítica da própria ciência em nossa sociedade. No entanto, o ensaio de Horkheimer, que inaugura a tradição da teoria crítica, se coloca apenas como ponto de partida para a apreensão da ciência em nossa sociedade pelos teóricos críticos. Um ponto notável que podemos identificar no texto é a perspectiva adotada por Horkheimer expressa no seguinte trecho:

o aumento constante de uma verdade independente dos sujeitos e a confiança no progresso das ciências só podem estar relacionados, em sua validade limitada, com aquela função do saber que continuará também sendo necessária na sociedade futura, isto é, a dominação da natureza (HORKHEIMER, 1983, p. 161).

Ora, a partir da perspectiva ilustrada por este trecho podemos concluir que a crítica de Horkheimer ao positivismo e à conseqüente autorreprodução das desigualdades e injustiças sociais que acontece através das teorias científicas tradicionais é direcionada apenas às chamadas ciências do espírito (humanas e sociais) e não às ciências da natureza. Estas, por sua vez, se mantêm válidas na medida em que dão base para o controle técnico da natureza, necessário mesmo em uma sociedade emancipada. Posteriormente, no entanto, quando o tema é retomado na *Dialética do esclarecimento* (ADORNO & HORKHEIMER, 1985), Horkheimer (juntamente com Theodor Adorno) elabora uma nova crítica direcionada tanto às ciências humanas e sociais, quanto às ciências da natureza onde, em suma, os autores veem as ciências como um instrumento das elites dominantes, responsáveis pelo direcionamento da produção científica, a serviço de uma forma de dominação social.

Já em *O homem unidimensional* (MARCUSE, 1973), a discussão sobre a ciência é retomada na tradição frankfurtiana e Herbert Marcuse aprofunda a crítica às ciências, já presente na *Dialética do esclarecimento*. O autor vê uma vontade histórica na razão

instrumental, capaz de se impor sobre a ciência e a tecnologia. Isto é, a ideologia da sociedade capitalista industrial permeia a ciência e a tecnologia de sua época, impondo uma realidade de vida social onde o industrialismo capitalista, juntamente com sua lógica de dominação da espécie e da natureza, se tornaria uma condição necessária. A consequência disto é a reprodução da dominação presente na sociedade de classes. A superação desta razão instrumental, oriunda do capitalismo industrial, por outras formas de racionalidade (não produzidas pela sociedade de classes) e que poderiam emergir com um caráter transformador, no entanto, seria possível para Marcuse. Esta perspectiva é um ponto de referência fundamental com o qual Habermas vem a debater, elaborando assim uma perspectiva teórica que absorve muito de Marcuse ao passo que o critica.

## 2.2 Ciência e sociedade capitalista em Habermas

Antes de mais nada, é indispensável destacar que, ao longo de sua trajetória, Habermas nos permite olhar para a questão da ciência na sociedade capitalista através de diferentes momentos em sua obra. Notavelmente, podemos destacar pelo menos três: primeiramente, uma sequência de ensaios é publicada por ele sobre o tema ao longo da década de 1960<sup>5</sup>, neles é elaborada por Habermas uma direta crítica à perspectiva de Marcuse sobre o tema; em seguida, no livro *Conhecimento e interesse* (HABERMAS, 1982), publicado em 1968, o autor parte de diversos pontos desenvolvidos nos ensaios anteriores, ao passo que traz alguns novos aspectos, como a introdução da teoria psicanalítica na discussão; finalmente, a partir da *Teoria da ação comunicativa* (HABERMAS, 1987b), é possível abstrair novos elementos para pensar a questão da ciência nas sociedades capitalistas, como destacado pelo próprio autor em suas notas sobre *Conhecimento e interesse*, 30 anos mais tarde (HABERMAS, 2011). As diferentes perspectivas presentes ao longo da obra do autor não diferem em sua totalidade, pelo contrário, compartilham pontos em comum que são mantidos ao longo do tempo, ainda

---

<sup>5</sup> Os referidos ensaios, juntamente com as notas de Habermas sobre a filosofia do espírito de Hegel, estão compilados em uma publicação intitulada *Técnica e ciência como ideologia* (HABERMAS, 1997). A publicação inclui traduções em língua portuguesa dos seguintes textos: *Política científica e opinião pública* (1963), *Progresso técnico e mundo social da vida* (1965); *Conhecimento e interesse* (1965); *Trabalho e interação* (1967); *Técnica e ciência como ideologia* (1968), sendo que este último que dá nome à publicação.

que, no entanto, possam divergir em alguns momentos. Neste sentido, selecionamos, para embasar nossa pesquisa, a perspectiva presente na sequência de ensaios publicados ao longo da década de 1960, principalmente por esta focar na relação da ciência e da técnica com os Estados modernos e a administração estatal, se destacando para ajudar-nos a apreender a questão da presença da anticência em governos de diferentes Estados-nação na contemporaneidade.

Tendo destacado a amplitude que tem a obra de Habermas e estabelecido os ensaios sobre ciência e sociedade da década de 1960 como norteadores, é de fundamental importância que seja compreendida a distinção entre *trabalho* e *interação*, desenvolvida nas notas de Habermas sobre a filosofia do espírito de Hegel e que aparece, direta ou indiretamente, nos citados ensaios. Assim, tomando inicialmente a questão do *trabalho*, quando se refere ao mesmo, Habermas está se referindo às *ações racionais teleológicas*, que buscam realizar “fins definidos sob condições dadas”. Por sua vez, a *interação* é entendida por Habermas como *ação comunicativa*, uma interação simbolicamente mediada. A partir desta distinção, compreendemos que, por um lado, a validade das *ações racionais teleológicas* depende da própria “validade de enunciados empiricamente verdadeiros ou analiticamente corretos”, enquanto, por outro lado, a validade das *ações comunicativas* “só se funda na intersubjetividade do acordo acerca de intenções e só é assegurada pelo reconhecimento geral das obrigações” (HABERMAS, 1997, p. 58). Deste modo, em relação ao trabalho, “um comportamento *incompetente* que viola regras técnicas ou estratégias de correção garantida está condenado *per se* ao fracasso, por não conseguir o que pretende” é um comportamento que fracassa perante a realidade, ao passo que, em relação à interação “um comportamento *desviado*, que viola as normas vigentes, provoca sanções que só estão vinculadas à regra de forma externa, isto é, por convenção” (HABERMAS, 1997, p. 58). Deste modo, as normas sociais da interação são contrapostas pelas regras técnicas do trabalho.

Na esfera da interação são construídos coletivamente, através da linguagem, os significados da vida social, isto é, os interesses, legitimações, posicionamentos, reivindicações, visões de mundo, entre outras construções sociais coletivas que dão forma ao *mundo da vida*. Por sua vez, é na esfera do trabalho que humanos podem

transformar a natureza a fim de garantir sua sobrevivência e realizar suas necessidades, o trabalho permite que estes possam, por exemplo, construir abrigos, cultivar alimentos ou efetivar qualquer forma de produção. As ciências experimentais modernas ou ciências naturais que, desde Galileu, geram “um saber que, pela sua forma (não pela sua intenção subjetiva) é um saber tecnicamente utilizável” (HABERMAS, 1997, p. 67), fazem parte desta esfera do trabalho e dizem respeito ao *mundo natural*.

Assim, ao seguir Habermas, para compreender as relações entre conhecimento científico e sociedade, podemos realizar a distinção entre *ciência natural* e *ciência social*. O conhecimento sobre o mundo natural, obtido através das ciências experimentais modernas, possibilitou rápidos avanços técnicos que caracterizaram a sociedade capitalista ao longo da modernidade. Estes rápidos avanços são um exemplo da aplicação técnica de um conhecimento concreto sobre um mundo natural que se comporta sempre de modo previsível, recorrente na modernidade. Enquanto isso, o mundo social, ou mundo da vida, não se comporta sempre da mesma forma, ou previsivelmente, ele varia o tempo todo, não porque a análise dos cientistas sociais seja menos eficiente em comparação com a dos cientistas naturais, mas porque as tendências e padrões do próprio mundo da vida, diferentemente das leis do mundo natural, estão sempre variando, de modo que até mesmo o conhecimento produzido sobre a sociedade tem um impacto sobre a mesma, transformando-a constantemente. Todo este processo tem como consequência a necessidade de uma ciência social que, para acompanhar as transformações desta sociedade, também acaba se transformando a todo momento.

Neste sentido, a noção de Habermas sobre o mundo da vida e sobre as ciências sociais que o tematizam é, ainda, praticamente a mesma que sustenta o argumento (fundamental para toda a tradição teórica crítica) de Horkheimer em favor de uma teoria crítica frente às teorias tradicionais. Isto é, a necessidade da produção de um conhecimento capaz de compreender que a sociedade está em movimento histórico, visando assim, a partir da própria construção do conhecimento sobre esta sociedade histórica, a sua transformação em direção da emancipação humana. Esta perspectiva sobre conhecimento e mundo social está bem estabelecida na tradição crítica frankfurtiana e na teoria habermasiana, assim como é modelo para a investigação

realizada neste trabalho.

Se até então compreendermos as distinções entre trabalho e interação, mundo natural e mundo da vida, ciência natural e ciência social, em *Progresso técnico e mundo social da vida* (HABERMAS, 1997), Habermas busca as relações entre o conhecimento científico do mundo natural e o mundo da vida. Ele toma como ponto de partida a distinção feita por Aldous Huxley entre literatura e ciência (natural), “a literatura faz proposições sobre experiências privadas, e as ciências sobre experiências intersubjectivamente acessíveis” (HABERMAS, 1997, p. 93). Deste modo, compreendemos que a literatura trata da esfera da interação, do mundo da vida, enquanto, ao ocupar-se da esfera do trabalho, “a ciência, pelo contrário, não se ocupa dos conteúdos do mundo da vida dos grupos sociais e dos sujeitos socializados [...] ao *mundo social da vida* contrapõe Huxley o universo amundano dos factos” (HABERMAS, 1997, p. 94). Habermas compartilha com Huxley um olhar sobre as ciências naturais que torna possível um conhecimento sobre experiências intersubjetivamente acessíveis que remetem a um universo de fatos que precede o mundo da vida, no entanto, se afasta de Huxley na medida em que, diferentemente deste, nega qualquer possibilidade do conhecimento científico natural poder ser acessado imediatamente pelos sujeitos no mundo social da vida, ou que a própria literatura possa fazer esta ponte entre conhecimento científico e mundo da vida, como propõe Huxley. Neste caso, a questão central para o acesso ao conhecimento científico natural pelos sujeitos a partir do mundo social da vida seria a técnica. Para Habermas é somente através da mediação da técnica que o conhecimento científico sobre a natureza pode permear o mundo da vida. É através da mediação das tecnologias oriundas do conhecimento científico tecnicamente aplicado que é possível que os diferentes grupos sociais concebam as possibilidades da ciência dentro do mundo da vida, ou em suas palavras:

Para o seu saber prático, que se exprime na literatura, o conteúdo informativo das ciências não pode, pois, ser relevante sem mediações [...] Os conhecimentos da física atômica tomados em si mesmos permanecem sem consequências para a interpretação de nosso mundo vital [...] Só quando, mediante as teorias físicas, realizamos fissões nucleares, só quando as informações se utilizam para o desenvolvimento de forças produtivas ou destruidoras, é que as suas *consequências práticas* subversivas podem penetrar na consciência literária do mundo vital (HABERMAS, 1997, pp. 95-96)

Isto é, o conhecimento sobre o mundo natural, sobre a própria natureza e suas

possibilidades, ao dizer respeito à esfera do trabalho é, portanto, um conhecimento indiscutivelmente concreto, através do qual se pode acessar experiências e fatos intersubjetivamente e, assim, permite a transformação da natureza de modo objetivo e planejado através das técnicas. Poderíamos dizer que este conhecimento, isoladamente, é neutro, desprovido de interesse social, mas que, no entanto, é produzido sob condições sócio-históricas definidas e só pode penetrar no mundo social da vida através de uma técnica que carrega consigo interesses sócio-históricos. Assim, o desenvolvimento e a inserção social de meios técnicos, por sua vez, não são neutros, pois tanto a motivação para cada empreendimento científico quanto o desenvolvimento de técnicas e tecnologias, a partir dos conhecimentos científicos disponíveis, refletem interesses e perspectivas sociais do mundo da vida. Deste modo, entendemos que o conhecimento científico natural só pode chegar ao mundo da vida através de uma mediação social (técnica), assim como é através de interações sociais que diferentes pesquisas científicas são motivadas. Portanto, entendemos que mesmo que o conhecimento científico seja válido como forma de compreender a natureza, para assim transformá-la, satisfazendo necessidades humanas no processo (trabalho), há necessariamente um interesse social envolvido nos meios através dos quais este conhecimento pode tocar no mundo da vida (interação).

Para melhor compreender este ponto, tomemos como exemplo o desenvolvimento de uma vacina para a COVID-19. O conhecimento a nível genético/molecular, tanto sobre o funcionamento do sistema imunológico humano quanto sobre o vírus SARS-CoV-2, causador da COVID-19, se configura como um conhecimento sobre uma natureza que pode ser acessada pelos mais diferentes grupos e sujeitos do mesmo modo. Ele não se configura como um conhecimento dependente de interesses sociais, é um conhecimento que mesmo tendo sido produzido sob condições sócio-históricas definidas, por si só não diz respeito ao mundo da vida, apenas ao mundo natural, aos organismos humanos em geral, aos vírus SARS-CoV-2 em geral. Assim, nem a compreensão bioquímica sobre o funcionamento do sistema imunológico humano, nem a compreensão a nível molecular do vírus e dos mecanismos em ação durante sua infecção em um organismo humano podem direcionar ou impactar as ações comunicativas no mundo da vida diretamente, nos levando inequivocamente e de modo necessário ao desenvolvimento de uma vacina

ou de qualquer outro conhecimento técnico ou tecnologia “cientificamente correta” para lidar com os problemas sociais que emergem com a doença. As tecnologias prévias já existentes na sociedade, os interesses capitalistas de diferentes empresas do ramo farmacêutico em um potencial lucro com o desenvolvimento de uma vacina, assim como todo um universo de fatores sócio-históricos ligados ao mundo da vida estão em jogo para que o conhecimento científico natural sobre a imunidade humana e o vírus causador da doença possa ser transformado em uma vacina e assim impactar a esfera da interação.

Este exemplo ilustra como, para Habermas, a ciência não é, por si própria, um instrumento ideológico como afirmaria Marcuse, ainda que ela seja resultado de interesses sócio-históricos e seja também socio-historicamente transformada em técnica. Deste modo, o conhecimento científico sobre o mundo natural é fundamental, pois este permite uma efetiva transformação da natureza e o desenvolvimento de forças produtivas capazes de transformar o mundo da vida. No entanto, este conhecimento depende de interesses e motivações sócio-históricas em suas duas pontas. Seu desenvolvimento se dá a partir do financiamento e das técnicas preexistentes, ambos ligados a interesses dos grupos na sociedade que direcionam as investigações e a construção de novos conhecimentos. Assim como os conhecimentos já existentes são transformados em técnica e podem tocar o mundo da vida, também, apenas a partir de interesses sociais.

Como destaca Habermas, já em *Técnica e ciência como ideologia*, as sociedades tradicionais, pré-capitalistas, se caracterizam por gerar um excedente como resultado da produção de seu trabalho, ou seja, sua produção vai além da satisfação de suas necessidades imediatas e elementares, assim, necessitam da solução de um problema específico e que “só surge com a produção de um excedente, isto é, o problema de distribuir de modo *desigual* e, no entanto, *legítimo*, a riqueza e o trabalho” (HABERMAS, 1997, p. 61). Assim, é o *marco institucional* de cada sociedade que existe como o meio através do qual a distribuição desigual do excedente é justificada e legitimada. É na esfera da interação, das ações comunicativas, que encontramos o marco ou enquadramento institucional de uma sociedade, afinal este é composto por “normas que dirigem as interações linguisticamente mediadas” (HABERMAS, 1997, p. 60). Isto não impede a existência de subsistemas através dos

quais se institucionalizam ações racionais teleológicas, referentes à esfera do trabalho. Assim, a questão chave que nos permite marcar a emergência das sociedades modernas frente às sociedades tradicionais é que, *nas sociedades tradicionais, este marco institucional que legitima a dominação tem base na tradição*, geralmente através de interpretações místicas, religiosas ou metafísicas da realidade em seu conjunto, enquanto possíveis os subsistemas de ação racional teleológica se mantêm dentro de limites do que já está estabelecido tradicionalmente, enquanto *nas sociedades modernas a evolução dos subsistemas de ação racional colocam em xeque as formulações tradicionais do marco institucional que acaba tendo de reformular-se*. Esta reformulação, nas sociedades capitalistas acontece na forma de ideologias.

Assim, este processo de reformulação do marco instrucional, primeiro tomou forma a partir do direito privado, culminando na ideologia da troca justa da economia política, mas esta ideologia se desestruturou ao final do século XIX, tão logo o capitalismo, frente a crises, viu-se em apuros, gerando a necessidade de se firmar uma espécie de compromisso onde, por um lado, a administração dos Estados modernos garantia as condições necessárias para o bom funcionamento do capitalismo e, por outro, compensava a população através da segurança de alguns direitos e serviços. O desenvolvimento deste compromisso durante o século XX resultou em maior ou menor medida nos Estados de bem-estar social.

Neste momento, a possibilidade que o conhecimento tecnicamente utilizável das ciências naturais justamente constituísse um processo de interdependência e retroalimentação com a técnica produtiva se efetivou, o que significou a institucionalização da inovação (HABERMAS, 1997, p. 62). Neste esquema, a administração dos Estados modernos assegurava, através de projetos científico-militares, um conhecimento tecnicamente utilizável, além de dar garantias para o bom funcionamento do livre mercado e do modo de produção capitalista que, por sua vez, se tornava menos dependente da força de trabalho com os avanços da técnica produtiva. Enquanto isso a população era compensada através da instauração de novos direitos e serviços públicos. Esta inovação institucionalizada garantiu avanços constantes à produção que, por sua vez significam um bom desempenho econômico.

Simultaneamente as condições de vida da população melhoravam em geral através das compensações, gerando assim, a falsa impressão que os avanços da ciência resultavam em avanços econômicos e melhorias no bem-estar geral da sociedade capitalista. Estas são as bases a partir das quais se constitui a ideologia da tecnocracia. Através dela se entende que o gerenciamento dos Estados deve se dar apenas a partir de critérios técnicos e científicos, ao passo que os legisladores e governantes assumiriam um papel de mediadores entre conhecimento científico e ações políticas. No entanto, em primeiro lugar, os avanços das ciências e os avanços capitalistas estão relacionados por causa do processo de interdependência e retroalimentação entre técnica produtiva e ciência mencionado acima, não porque o conhecimento científico aplicado gere necessariamente qualquer tipo de progresso e bem-estar constante e crescente e, em segundo lugar, como as decisões políticas necessariamente estão na esfera da interação, dizem respeito às instituições e a uma realidade socialmente mediada, a ciência, que se ocupa com a esfera do trabalho, não tem respostas para questões sociais. O conhecimento sobre como transformar a natureza e efetivar a produção do que quer que seja não aponta a direção para qual a sociedade deve seguir. Assim, decisões políticas, necessariamente vinculadas a interesses sociais dominantes, sob a ideologia da tecnocracia, são mascaradas como científicas e difundidas como neutras, como decisões técnicas adequadas para uma dada a situação. Deste modo, a ideologia da tecnocracia legitima a estrutura de dominação vigente, atendendo a interesses de classe e proporcionando a reprodução da sociedade capitalista industrial.

Desta forma, Habermas mantém a crítica de Horkheimer, Adorno e Marcuse, que veem a reprodução da sociedade capitalista e suas formas de dominação através do conhecimento científico vigente, ao mesmo tempo que não abre mão da existência de um conhecimento sobre a natureza que não necessariamente precisa seguir interesses dominantes, e poderia, em tese, ser utilizado para fins emancipatórios. Ele mantém a crítica à ciência como ela se apresenta na sociedade, mas salva a ciência, enquanto conhecimento sobre uma natureza tecnicamente manipulável. Afinal, qualquer desenvolvimento técnico ligado a interesses, não de dominação, mas emancipatórios, também depende do conhecimento sobre o mesmo mundo natural para se efetivar. Isto quer dizer que o conhecimento científico, ao dizer respeito ao mundo natural e não ao

mundo da vida, não tem a capacidade de guiar a ação humana, pelo contrário, ele depende das decisões e juízos humanos/sociais para poder ser acessado no mundo da vida. Assim, as ciências proporcionam um “poder específico: mas o poder de disposição que elas ensinam não equivale à capacidade de viver e de agir, que outrora se esperava do homem cientificamente formado” (HABERMAS, 1997, p. 99). Esta percepção prontamente mostra a inviabilidade de uma tecnocracia, que propõe um modelo de administração estatal guiado tão somente pelo conhecimento científico. Ora, o conhecimento científico da natureza não diz respeito a como agir no mundo social, e nem mesmo às disposições técnicas disponíveis em um momento histórico estão atreladas a instruções sobre como devem ou podem ser inseridas no mundo da vida, de modo que as decisões na sociedade ainda precisam ser tomadas levando em conta interesses sociais sobre os quais o conhecimento científico não permeia. Estas decisões, para que não sejam reprodutoras de uma dominação, não podem ser tomadas em gabinetes políticos e disfarçadas de conhecimento científico sob a ideologia da tecnocracia. Antes, segundo Habermas, a produção e transformação em técnica do conhecimento científico deveria passar por processos democráticos, onde a população emancipada, técnica e cientificamente informada poderia tomar decisões sobre o modo através do qual interagem com a natureza, realizando suas necessidades. Em suas palavras:

A alternativa que nos interessa não reside entre um grupo dirigente que utiliza com eficácia, mas por cima de uma população mediatizada, um potencial de saber importante para a vida, e um outro grupo dirigente de tal modo fechado ao afluxo das informações científicas, que o saber técnico só de modo insuficiente penetra no processo de formação da vontade política. Trata-se antes, de se esse brilhante potencial de saber fica à disposição dos homens só enquanto seres manipuladores de técnicas ou se inclui ao mesmo tempo na posse linguística dos homens que comunicam entre si. Uma sociedade científicada só poderia constituir-se como sociedade emancipada, na medida em que a ciência e técnica fossem mediadas pelas cabeças dos homens juntamente com a prática vital (HABERMAS, 1997, p. 127).

Deste modo, se estabelecem as noções e relações sobre ciência e sociedade capitalista industrial na perspectiva de Habermas. Em suma, a ciência representa a constituição de um conhecimento capaz de ser transformado em técnicas, ou seja, em meios de modificar a natureza e possibilitar a reprodução/transformação dos modos de vida sociais. Por isso, trata-se de um conhecimento insubstituível, ao passo que os seus direcionamentos e aplicações não somente são substituíveis, como também são permeados por interesses sociais. Partindo da perspectiva de uma teoria crítica, as

substituições nos direcionamentos e aplicações da ciência devem ocorrer, no entanto, comunicativamente, mediados de maneira democrática para que a sociedade possa deixar de reproduzir uma lógica de dominação que se impõe para, só então, construir suas próprias formas de vida emancipadas. Na prática, a produção do conhecimento científico, assim como sua discussão e seu entendimento, pelo menos até o momento em que Habermas escreve seus ensaios na década de 1960, está sob domínio de uma minoria poderosa que visa a reprodução de seu poder e realização de interesses de classe. No entanto, esta forma de dominação, não poderia passar em branco sem ser legitimada socialmente. É a ideologia da tecnocracia que cumpre este papel de legitimação, onde uma ciência que dispõe de um conhecimento objetivo que lhe dá um efetivo poder de disposição, mas que é socio-historicamente dirigida/mediada pelas classes privilegiadas, é difundida às massas como capaz de dar uma resposta humanitária a questões políticas sobre as quais ela não diz respeito sem a mediação política que é justamente ocultada através da lógica tecnocrata.

### **2.3 Crise do Estado de bem-estar social e o neoconservadorismo**

A perspectiva de Habermas sobre o compromisso estatal que começa a aparecer no final do século XIX e que, ao longo do século XX se transforma no Estado de bem-estar social que, juntamente com os progressos técnicos e econômicos da sociedade capitalista, possibilita a tecnocracia como forma de legitimar a dominação capitalista e suas agendas políticas. Habermas não prevê, no entanto, que em meados da década de 1970, o Estado de bem-estar social entraria em crise e, com isso, as condições para a legitimação das políticas dominantes através da ideologia tecnocrática deixam de ser tão favoráveis. Por este motivo desenvolveremos aqui a perspectiva habermasiana sobre tal crise presente em *A nova intransparência* (HABERMAS, 1987a), onde o autor destaca a insustentabilidade a longo prazo do Estado de bem-estar social nas sociedades capitalistas industriais e suas consequências.

No texto, Habermas destaca que, partindo da lógica do Estado de bem-estar social, a administração dos Estados modernos, através dos meios burocráticos que dispõem, garante as condições básicas para o funcionamento do sistema capitalista e

sua necessidade de um constante crescimento, por um lado, que é compensado à população pelo pleno emprego e através de um poder de compra como consumidor de bens de massa, por outro. Este compromisso, no entanto, não é simples de se concretizar e, de modo algum, é automático, tanto é que apenas nas “sociedades industriais do Ocidente, esta precária condição pode ser em geral satisfeita, pelo menos sob as circunstâncias favoráveis do período pós-guerra e da reconstrução” (HABERMAS, 1987a, p. 107). Dado isto, Habermas não procura se ocupar das condições específicas que se desenrolaram nos meados da década de 1970 e que caracterizaram uma dificuldade a este modelo, mas busca responder, antes, a duas perguntas que reproduzimos da seguinte maneira: (a) *O Estado social intervencionista detém suficiente poder para domar o sistema econômico capitalista e seu programa?* (b) *O poder político administrativo é o método adequado para buscar e proteger formas de vida emancipadas?*, e dizem respeito “em primeiro lugar, da questão dos limites da possibilidade de conciliar capitalismo e democracia e, em segundo lugar, da questão das possibilidades de produzir novas formas de vida com instrumentos burocrático-jurídicos” (HABERMAS, 1987a, p. 107).

Ao elaborar uma resposta à primeira questão, Habermas busca destacar que a instituição do Estado de bem-estar social, quanto mais bem sucedida, mais insustentável se torna. Assim, “as condições de valorização do capital são afetadas pelas políticas do Estado de bem-estar não apenas de fato, mas sobretudo na percepção subjetiva das empresas” (HABERMAS, 1987a, p. 108). Isto significa que o crescimento do estado de bem-estar gera uma insatisfação nos grandes agentes do mercado, o que leva, também, o setor produtivo a perder disposição para novos empreendimentos e a investir em automação e racionalização do trabalho por causa dos encargos trabalhistas decorrentes do modelo socio-estatal. Uma das consequências deste investimento em automação pode ser bem visualizada no desemprego causado pelas tecnologias informacionais na década de 1990, mas estes processos de automação e racionalização já apareciam com a lógica do modelo produtivo toyotista de modo geral, desde a década de 1970. A partir destes acontecimentos, Habermas pode concluir:

Seja como for, nessa situação — em que a falta de disposição para investimentos e a estagnação econômica, o desemprego crescente e a crise do erário público também podem ser trazidos à percepção da opinião pública numa sugestiva ligação com os custos do Estado de bem-estar —, nessa situação fazem-se sentir

as limitações estruturais sob as quais o compromisso sócio-estatal foi criado e mantido. Como o Estado social tem de deixar intacto o modo de funcionamento do sistema econômico, não lhe é possível exercer influência sobre a atividade privada de investimentos senão através de intervenções ajustadas ao sistema. Ele não teria de forma alguma poder para isso também porque a redistribuição de renda limita-se, no essencial, a um realinhamento horizontal dentro do grupo de trabalhadores dependentes e não toca na estrutura específica do poder de classe, especialmente na propriedade dos meios de produção. [...] Ao mesmo tempo, tal situação expõe o Estado social ao perigo de desprender-se de suas bases sociais. Em tempos de crise, os estratos de eleitores ascendentemente mobilizados, a quem o Estado de bem-estar aproveitou diretamente, podem desenvolver uma mentalidade de conservação das posições alcançadas e unirem-se com a velha classe média. Ao mesmo tempo, ante a nova situação do mercado de trabalho, as organizações sindicais acham-se sob pressão: seu potencial de intimidação fica debilitado, elas perdem membros e contribuições, e vêem-se constrangidas a uma política de mediação ajustada aos interesses de curto prazo dos ainda empregados (HABERMAS, 1987a, p. 108)

O que parece claro a partir da análise de Habermas é que o próprio sucesso do Estado de bem-estar social, ao desagradar os detentores do poder econômico, implica em uma reação por parte do capital. Tal reação, considerando o meio estabelecido das relações de poder na sociedade, se sobressai, convencendo a opinião pública que o desemprego e a estagnação econômica são causados pelos custos do próprio Estado de bem-estar social, que acaba minado frente à sociedade. Isto leva Habermas a concluir, em resposta à primeira das duas questões que coloca sobre a crise do Estado de bem-estar, que este, de fato, não tem a capacidade de domar o sistema capitalista.

A partir desta primeira resposta e do entendimento que o próprio Estado de bem-estar social não tem a capacidade de controlar o sistema econômico, quando o poder econômico da sociedade capitalista se vê desagradado, começa a responder a segunda pergunta sobre as possibilidades de se alcançar formas de vida emancipadas a partir deste modelo. As ações burocráticas dos governos, visando o estabelecimento de um Estado de bem-estar social através do poder político administrativo são limitadas e possíveis de serem esmagadas pelo exercício de outros poderes como o econômico. O Estado moderno através da democracia representativa e sua burocracia se mostra um meio limitado, que não dispõe das condições para assegurar a emancipação ou a construção de modos de vida emancipados. Assim, “o poder de governar alcançado pela via parlamentar aparece como um recurso tão inocente quanto indispensável” (HABERMAS, 1987a. p. 108), indispensável para o próprio sistema capitalista porque faz a mediação entre capital e trabalho e para a população, porque suas condições de vida

sofrem melhorias através da incorporação deste modelo, mas que, no entanto, é inocente em suas intenções pois os meios que tem para agir são insuficientes para os objetivos que coloca a si mesmo.

Ainda é interessante que dediquemos atenção a três formas de reação à crise do estado de bem-estar destacadas por Habermas, a partir das contribuições de Claus Offe: o *legitimismo socio-estatal da sociedade industrial*; o *neoconservadorismo*; e a *dissidência dos críticos do crescimento*.

Os *legitimistas*, frente aos problemas que o Estado de bem-estar social coloca a si mesmo causando sua própria crise, abrem mão de seu ponto central, a noção do pleno emprego, a qual garantia a todos dentro das legitimações do sistema econômico o “*status* de cidadão livre e igual em direitos”. Assim, os legitimistas seriam, hoje, segundo Habermas

os verdadeiros conservadores, que gostariam de consolidar o já conquistado. Eles esperam encontrar novamente o ponto de equilíbrio entre o desenvolvimento do Estado social e a modernização via economia de mercado. O equilíbrio rompido entre a orientação democrática dos valores de uso e a moderada autodinâmica capitalista deve ser restaurado (HABERMAS, 1987a, p. 110)

Este tipo de reação fixa-se na preservação de conquistas do estado de bem-estar, mas abre mão de aspectos centrais em nome de um reequilíbrio. Mesmo assim, considerando “o realinhamento do corpo de eleitores e o enfraquecimento da posição sindical, essa política vê-se ameaçada por uma corrida desesperada contra o tempo” (HABERMAS, 1987a, p. 110), de modo a abrir espaço para o neoconservadorismo.

Os *neoconservadores* são manifestamente críticos ao estado de bem-estar intervencionista. Seus principais exemplos vêm das administrações de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido. Para uma compreensão detalhada, Habermas destaca três pontos que caracterizam o neoconservadorismo.

Primeiro, a prática de uma política econômica que tolera taxas relativamente altas de desemprego e realiza uma redistribuição de renda que sobrecarrega os grupos mais pobres da população, enquanto grandes proprietários de capital conseguem melhorias em suas condições. Segundo, as críticas aos custos da máquina estatal desembocam em tendências neocorporativistas, que são traduzidas em privatizações e em uma

atuação do estado apenas como um agente de negociação no mercado que tem como consequência o desaparecimento “dos temas sociais de um modo de decisão que segundo normas constitucionais está obrigado a considerar equanimemente todos os interesses afetados em cada oportunidade”. E terceiro, na política cultural há o descrédito de intelectuais críticos por um lado e, por outro, o fomento da cultura tradicional, “isto é, devem ser fomentadas as forças agregadoras da moralidade convencional, do patriotismo, da religião burguesa e da cultura popular (HABERMAS, 1987a, p. 110), isto teria o propósito de tornar mais toleráveis os impactos vindos de uma modernidade acelerada, da crise do estado de bem-estar social e das próprias políticas neoconservadoras.

Por fim, os *dissidentes críticos do crescimento* se diferenciam dos dois grupos anteriores por não se convencerem pela ideia de uma espécie de reequilíbrio entre estado e mercado. Por mais que legitimistas tomem o lado de um controle do mercado e os neoconservadores um lado de redução do estado, ambos acreditam em uma recomposição estabilizada entre estado e mercado. Assim,

Somente os dissidentes da sociedade industrial partem de que o mundo da vida está ameaçado na mesma medida pela mercantilização e pela burocratização [...] Também somente os dissidentes julgam necessário fortalecer a autonomia de um mundo da vida ameaçado [...] Só eles exigem que a dinâmica interna de subsistemas governados pelo poder e pelo dinheiro seja quebrada ou pelo menos contida por formas de organização mais próximas da base e autogestionárias (HABERMAS, 1987a, p. 111).

Estes, por sua vez, não ultrapassam justamente a mera dissidência e a oferta de um programa negativo, de interrupção da lógica do crescimento econômico e ainda ficam aquém da noção positiva do projeto do Estado de bem-estar social.

A partir dos pontos destacados aqui sobre a crise do Estado de bem-estar social chegamos ao entendimento de que é este próprio que leva a si mesmo a uma situação de insustentabilidade, sendo sucedida por formas de reação como o legitimismo, o neoconservadorismo e a dissidência crítica. Também compreendemos que, dentro do meio da política administrativa tradicional, não há alternativa emancipatória. Estas noções nos proporcionam uma noção mais firme da situação política que começa a se desencadear nos países industriais desenvolvidos a partir de meados da década de 1970 e que chega ao Brasil, com suas particularidades, durante o início da década de 2010,

com a crise dos governos sociais do Partido dos Trabalhadores. Este cenário socio político é central para nossa análise na direção de uma compreensão mais adequada das relações entre ciência e sociedade na atualidade.

### **3 Uma contextualização da recente ascensão do pensamento anticientífico e dos governos brasileiros desde a redemocratização do Brasil**

Considerando que este trabalho busca investigar a anticiência e o negacionismo científico presente nas ações do atual governo brasileiro, encabeçado pela figura de Jair Bolsonaro, compreendemos que antes de partirmos para qualquer forma de análise, surge a necessidade de um certo entendimento, tanto do cenário sócio-político que torna possível o aparecimento deste governo, quanto da trajetória de ascensão que o negacionismo científico traçou nas últimas décadas, se tornando capaz de influenciar a administração de estados-nação como o Brasil. Assim, este capítulo busca realizar uma contextualização que se divide em duas frentes: primeiramente do cenário sócio-político brasileiro e mundial no qual o governo de Jair Bolsonaro emerge, depois da ascensão da anticiência em nossa sociedade, a ponto de obter tamanho poder de influência, que passou a servir como base para ações e discursos de Chefes-de-Estado como Donald Trump, nos Estados Unidos e Jair Bolsonaro, no Brasil.

#### **3.1 Contexto sócio-político**

Primeiramente é necessário destacar que o contexto político do Brasil se mostra extremamente complexo, e todos os eventos abordados nos próximos parágrafos poderiam ser objetos de investigação de trabalhos inteiros gerando amplas e ricas discussões. Deste modo é necessário reafirmar que o objetivo da contextualização aqui realizada não é de esgotar exaustivamente a compreensão sociológica e discussão

acerca dos eventos evocados, mas antes apresentar o panorama sócio-político geral que se desenhou nas últimas décadas culminando no atual momento brasileiro onde o governo de Jair Bolsonaro se insere.

Um interessante ponto de partida para uma contextualização sobre a chegada de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da república é o período de redemocratização brasileira, principalmente porque nos proporciona um entendimento geral da perspectiva política dos cidadãos brasileiros e sua evolução com o passar dos anos, assim como a sequência de diferentes governos que refletem esta perspectiva. O primeiro presidente civil brasileiro após a ditadura militar, iniciada com o golpe de 1964, foi eleito em eleições indiretas em 1985. No período havia um forte movimento por eleições diretas, conhecido como *diretas já*, que foi encabeçado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) e pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas que, no entanto, foi rejeitado pelos militares e setores conservadores da sociedade. Deste modo, Tancredo Neves, do PMDB, foi o presidente eleito através das eleições indiretas, mas que não chegou a exercer o cargo, pois acabou falecendo às vésperas de sua posse em março de 1985, ficando o exercício do cargo para seu vice, José Sarney. Foi apenas em 1989, no entanto, que o primeiro presidente brasileiro após a ditadura militar é eleito de forma direta.

Após o estabelecimento da nova constituição em 1988 (ratificada pelo plebiscito de 1993), o Brasil começava a consolidar sua redemocratização apontando para um formato similar àquele da constituição de 1946, voltando a vigorar uma república presidencialista, um legislativo bicameral, o federalismo e o sistema eleitoral proporcional para escolha dos membros da Câmara dos Deputados e dos parlamentos unicamerais estaduais e municipais

Dentre esses elementos estruturais, a única modificação em relação aos existentes na Constituição de 1946 foi a introdução da exigência de maioria absoluta dos votos válidos para a eleição de Presidente da República, governador e prefeito de municípios com mais de 200 mil eleitores, o que inclui a possibilidade de realização de 2º turno (BARRETO, 2021, pp. 17-18)

Neste esquema, o presidente eleito em 1989 foi Fernando Collor, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), que derrotou Lula da Silva do PT. O governo de Collor, assim como o de Sarney, foi marcado pela alta inflação e denúncias de corrupção. Esta situação, somada à falta de alianças desses governos com o legislativo, sugeriam a

alguns autores como Linz (1991), que o jovem modelo político presidencialista pós-ditadura no Brasil poderia ser dotado de uma ingovernabilidade, onde executivo e legislativo em divergência acabariam se anulando a um ponto em que não seria possível concretizar ações necessárias para a superação das crises.

No governo Collor esta situação, juntamente com o agravamento das denúncias de corrupção, o conduziu a um processo de impeachment e sua consequente renúncia. Neste ponto, seu vice, Itamar Franco do PMDB assumiu o governo em 29 de dezembro de 1992. Franco não abandonou uma postura favorável à diminuição da máquina pública, presente já na administração de Collor, e se mostrou também inclinado a privatizações, no entanto, é mais bem sucedido que seu predecessor, e em maio de 1993 nomeia Fernando Henrique Cardoso do PSDB para o cargo de ministro da fazenda, quando ambos dão início ao Plano Real. O plano acabou se mostrando um sucesso e reativou a economia do país, reduzindo a inflação após um longo período de crises. O sucesso garantiu, em 1994, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para o cargo de presidente da república, após seu afastamento do ministério para a promoção de sua campanha.

Fernando Henrique Cardoso governou o país por dois mandatos, de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003. Seus governos deram continuidade ao Plano Real, assim como às privatizações e à diminuição do estado que o acompanhavam, a partir do argumento de que os altos investimentos estatais contribuiriam para a inflação. Neste contexto, o país viveu uma importante expansão econômica, que, no entanto, foi abalada por uma série de crises internas e externas, tal como a crise de desvalorização do real, que levou o Banco Central a uma transição do regime de câmbio fixo pelo de câmbio flutuante. Ao final do governo Cardoso, sua administração havia resultado em uma moderada estabilidade econômica (BRUM & ZILIO, 2013) e superado as instabilidades políticas que haviam marcado as administrações anteriores. Assim, um aspecto notável do governo de Cardoso foi que, dando sequência ao bem sucedido Plano Real, idealizado e posto em prática ao longo do governo de Franco, o país pode ver sua agenda ser implementada, aliviando o temor de que o modelo democrático brasileiro pós-ditadura militar gerasse necessariamente uma impossibilidade de se governar. Isto aconteceu na medida em que diferentemente de Sarney e Collor, Cardoso demonstrou abertura à partidos que

inicialmente não o apoiavam na composição de seu governo, formando coalizões, que alimentadas pelos avanços econômicos do Plano Real possibilitaram ao governo importantes avanços em sua agenda. Tal fato possibilitou uma virada de página nas análises dos cientistas políticos, superando, como destaca Barreto (2021), a partir da noção deste presidencialismo de coalisão (que se fortaleceu posteriormente nos governos do Partido dos Trabalhadores), aquela impressão que o sistema político brasileiro necessariamente culminaria em uma ingovernabilidade.

Também é indispensável que sejam destacados neste trabalho, que olha justamente para a questão da ciência e do negacionismo em nossa sociedade, importantes aspectos relacionados ao conhecimento científico e suas aplicações técnicas, particularmente nas esferas do meio ambiente e da saúde, presentes no governo de Cardoso. Aqui, podemos destacar a lei nº 9.605/98<sup>6</sup>, ou lei dos crimes ambientais, que foi sancionada durante este governo. Ela estabeleceu punição para atos com impacto ambiental que, por sua vez, passaram a ser considerados crimes sancionáveis. Outras leis com foco na preservação ambiental também foram sancionadas durante o governo de Cardoso, como por exemplo a lei nº 9.985/2000<sup>7</sup>, responsável pela instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Ainda na esfera do meio-ambiente, Cardoso também assinou o protocolo de Kyoto para a redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Já pelo lado da saúde, o governo atuou com uma importante política antitabagista que resultou, por exemplo, na lei 10.167/2000<sup>8</sup>, a qual proíbe a publicidade e exige imagens de impacto sobre as consequências do tabagismo nas embalagens de cigarro; realizou também diversas campanhas de vacinação bem sucedidas, aumentando consideravelmente o número de doses de vacinas aplicadas anualmente na população em relação aos períodos anteriores<sup>9</sup>; e promoveu um programa de combate a AIDS muito bem sucedido, que se tornou referência mundial.

---

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm)

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)

<sup>8</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10167.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10167.htm)

<sup>9</sup> Dados disponíveis na plataforma DataSUS ([http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd\\_pni/dpnibr.def](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/dhdat.exe?bd_pni/dpnibr.def))

Após as novas crises econômicas e a consequente desvalorização do real, o possível sucessor de Cardoso pelo PSDB, José Serra, não conseguiu sua eleição para dar continuidade ao governo de seu partido nas eleições de 2002, na ocasião ele foi derrotado por Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que governou o país, assim como Fernando Henrique Cardoso, durante dois mandatos, de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.

Um dos mais importantes pontos a serem compreendidos acerca da eleição de Lula e de seu respectivo governo diz respeito à *Carta ao povo brasileiro*. O documento assinado por Lula é um marco que representa uma ruptura do partido dos trabalhadores com a postura que vinha adotando nas eleições presidenciais até então. Na carta, o então candidato a presidente, em detrimento de um tom mais radical, que vinha adotando nos processos eleitorais desde a redemocratização, assumiu um compromisso de equilíbrio e, ao passo que reafirma seu comprometimento com a justiça social, por um lado, dá garantias ao setor financeiro de modo a assegurar estabilidade ao bom funcionamento do sistema econômico capitalista, por outro.

O governo de Lula, através de seu modelo de gestão estatal, deu ao estado brasileiro uma forma tão próxima a um estado de bem-estar social, quanto um país do sul global, com uma democracia tão jovem, poderia ter. Este governo reverteu a lógica de diminuição do Estado e privatização de empresas públicas praticado pelas administrações de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, de modo a ampliar a participação estatal na economia, visando o crescimento do país, o fortalecimento da gestão pública de empresas, como é o caso da Petrobras, entre outras ações neste sentido. Diferentemente do que seria esperado pela lógica defendida por Franco e Cardoso, este movimento não causou um crescimento na inflação, pelo contrário, a estratégia garantiu (é claro, em conjunto com outros inúmeros fatores), como destacam Teixeira e Pinto (2012) um crescimento no PIB do país significativamente superior ao observado nos governos de Cardoso.

Programas do governo como o Fome Zero, que deu origem ao Bolsa Família e o Prouni, são exemplos de como este governo promoveu o combate à desigualdade no país. Inclusão e crescimento econômico puderam, neste período, criar um ciclo através

do qual se retroalimentavam. As classes mais baixas, ao ascenderem socialmente com o incentivo das políticas sociais do governo, se tornaram mais participativas, movimentando a economia e aquecendo o mercado. Tal modo de se fazer política procurou garantir condições mínimas de dignidade à totalidade da população e, em troca, preservou os agentes financeiros, os bancos e o bom funcionamento do mercado. O governo Lula, no que tange à governabilidade, mencionada anteriormente com base em Linz (1991) e em Barreto (2021), abdicou de reformas mais profundas na sociedade brasileira, assumindo um compromisso onde pudesse garantir a implementação de políticas sociais inclusivas, por um lado, e desse segurança ao capital, sobretudo ao capital financeiro, por outro. Isto abriu espaço para importantes coalizões, incluindo vários setores da sociedade, garantindo sua governabilidade.

No que tange à ciência, Lula, além de continuar incentivando e popularizando a distribuição de doses de vacina, foi responsável por ir ainda mais adiante neste ponto, atingindo, durante o seu governo, o pico de vacinação no país até, pelo menos, o ano de 2020 (segundo os dados do DataSUS). Uma política de investimento e inclusão nas universidades resultou também no fortalecimento da pesquisa científica no país, através de importantes financiamentos, e de uma ampliação do acesso das classes populares ao ensino superior, através de programas como o Prouni.

No entanto, ao passo que o sucesso socioeconômico do governo se mostrou consistente, denúncias judiciais de vínculo ilícito entre autoridades e agentes econômicos, estiveram também presentes durante o período. Podemos dar destaque aqui ao escândalo do mensalão, que envolvia financiamento de campanhas através de “caixa 2” e compra de votos de deputados. Tais eventos causaram certa instabilidade política ao longo do governo Lula, ainda assim, com ótimos resultados anuais do PIB, uma política de aumento real do salário mínimo, a manutenção da baixa inflação, uma baixa taxa de desemprego e resistindo a uma crise econômica de escala global (CURADO, 2011; MORAIS & SAAD-FILHO, 2011; TEIXEIRA & PINTO, 2012), Lula encerrou seu segundo mandato com um altíssimo índice de aprovação e utilizou sua força política para apoiar a candidata do PT para as eleições de 2009, Dilma Rousseff.

Rousseff foi eleita em 2009 e tomou posse em 1º de janeiro de 2010, se tornando a primeira mulher eleita ao cargo de presidente da república na história do Brasil. Em exercício, procurou dar prosseguimento às políticas de Lula, principalmente do ponto de vista social; e adotou, do ponto de vista das medidas econômicas, uma postura comumente considerada desenvolvimentista, dando centralidade ao papel do estado. Contudo, alguns autores, como Gentil e Hermann (2017), entendem que houve apenas um aparente desenvolvimentismo e expansionismo na política fiscal do governo Dilma. Independentemente da explicação para deste processo, a nova política econômica de Dilma, por diferentes razões, acabou não gerando resultados tão convincentes quanto as administrações de Lula (TEIXEIRA & PINTO, 2012; BASTOS, 2017; GENTIL & HERMANN, 2017), o que não impediu sua reeleição para um segundo mandato, mas apenas por uma margem bastante apertada frente a Aécio Neves, do PSDB.

Uma retomada da economia foi buscada durante o segundo mandato de Rousseff, principalmente a partir da nomeação de Joaquim Levy, um nome vinculado a bancos privados, como ministro da fazenda. As medidas de Rousseff com a intenção de reanimar o mercado, no entanto, se mostraram ineficientes, frustrando, tanto movimentos trabalhistas e a esquerda em geral, quanto empresários e a direita em geral. O governo foi, assim, enfraquecido pela perda de apoios e encontrou dificuldades para governar, ao passo que uma crise financeira foi se desenhando no país.

Em meio a esta situação, grandes protestos nas ruas de grandes cidades do Brasil, ganharam protagonismo em 2013. Inicialmente se tratava de movimentos pelo passe livre para estudantes, no transporte coletivo de passageiros, mas a violenta repressão policial a estes movimentos, no entanto, despertou uma forte reação da sociedade, que dirigiu sua insatisfação ao *establishment* e à política de modo geral. Milhões de pessoas protestaram ruas com reivindicações relativamente desarticuladas, buscando uma mudança que não estava exatamente clara qual era. (SINGER, 2013; BRINGEL & PLEYERS, 2015, MOREIRA, 2021). Estes movimentos inicialmente rejeitavam fortemente os partidos políticos, mas tiveram rapidamente sua insatisfação direcionada, não sem a participação da grande mídia, ao governo de Rousseff e foram gradualmente se transformando, principalmente com os avanços da crise econômica, em 2014, em

grandes protestos que reivindicavam o impeachment da presidente (FIEGENBAUM, 2021)

O momento conturbado vivido durante o governo de Rousseff levou também a uma queda nos investimentos em ciência e tecnologia, sobretudo as universidades se viram frente a uma grande diminuição no número de bolsas e investimentos em geral. O número de doses de vacina aplicadas anualmente também caiu, atingindo números inferiores não apenas aos do governo Lula, mas também aos do governo Cardoso.

A pressão popular e a dificuldade de aproximação com outros grupos políticos, levaram o governo a uma situação, novamente na história brasileira, de ingovernabilidade. Desta vez, no entanto, diferentemente de José Sarney e Fernando Collor, Dilma Rousseff, ao incluir diferentes frentes em seu governo (como no caso da nomeação de Joaquim Levy para o ministério da fazenda), apresentou disposição para a formação de coalisões. Tal situação não se remediou e desembocou na abertura do processo de *impeachment* contra a presidente, a partir do uso ilegal de fundos públicos que remetem a manobras fiscais realizadas durante o governo, não diferentes de manobras utilizadas por governos anteriores, mas que foram suficientes para levar o processo a suas últimas consequências. Como destaca Barreto (2021), “Dilma optou pela coalizão e mesmo assim sofreu o *impeachment*”. A presidente foi substituída por seu vice, Michel Temer do PMDB, que passou a exercer o cargo em 12 de maio de 2016. Diferentes autores, como é o caso de Barreto, considerem este processo de afastamento da presidente como um golpe de estado.

Michel Temer, em sua administração, rompeu com o modelo de políticas sociais consolidado nos governos do PT, ao passo que adotou um modelo de austeridade, cortando gastos estatais e promovendo a retirada de direitos sociais consolidados nas administrações anteriores. Ainda assim, a crise econômica não se resolve, ao passo que as conquistas do período de Lula e Dilma, no que diz respeito ao combate à desigualdade no país, são perdidas. Os resultados econômicos do governo Temer foram insatisfatórios e sua popularidade ao longo e ao final do governo se mostrou muito baixa.

Durante o governo Temer, todavia, uma eleição e acontecimentos fora do Brasil se tornam relevantes pelo fato que, posteriormente, viriam influenciar a realidade

brasileira. Após os Estados Unidos passarem por uma forte crise em 2008, o governo do democrata Barack Obama, primeiro presidente negro da história do país, se tornou um alvo político e sua administração e suas políticas passaram a ser responsabilizadas por parte do eleitorado norte americano pelos problemas econômicos enfrentados pelo país. Este fato abriu espaço para a campanha de Donald Trump, uma figura pública conhecida, um empresário bilionário que rumou à política como um crítico da “política tradicional”, atuando sob o slogan do “*make america great again*”. Trump teve sucesso e chegou a sua eleição em 2017. A xenofobia, diversas formas de intolerância, a anticiência e o negacionismo científico, assim como a promoção de *fake news* ante os veículos da imprensa tradicional caracterizaram sua campanha e seu governo.

Trump defendeu em sua campanha a construção de um muro na fronteira com o México e culpou os imigrantes pelas dificuldades econômicas vividas no país. Ele também, relativizando o conhecimento científico sobre o tema, deixou de assinar, durante seu mandato, o acordo de Paris, que busca a redução de emissão de gases estufa através de cooperação internacional. De modo geral, se caracterizou como um governo que não se comprometeu de nenhum modo com minorias sociais, que apresentou algumas tendências autoritárias, e que, através de *fake news* e do negacionismo científico, promoveu a desinformação. Se por um lado, ele refletia tendências que já vinham se fortalecendo na sociedade, como o próprio negacionismo científico; por outro, influenciou políticos e aspirantes a cargos públicos ao redor de todo mundo, dando início, juntamente com outros nomes, como Viktor Orbán, na Hungria, a uma grande onda de administrações com tendências autoritárias e populistas aos moldes de seu governo. Esta onda de influência protagonizada por Donald Trump, aliada ao próprio contexto político brasileiro pós-redemocratização, é fundamental para a compreensão do que aconteceu nas eleições de 2018 no Brasil, das quais Jair Bolsonaro saiu eleito.

Ainda em 2017, frente ao cenário do *impeachment* de Dilma e da administração Temer, Lula anuncia sua intenção de candidatura para um terceiro mandato. Deste momento em diante, vazamentos na imprensa e investigações que vão se tornando de conhecimento público culminam, em 2018, na prisão de Lula e sua consequente inelegibilidade. Os crimes de corrupção e lavagem de dinheiro pelos quais foi condenado

vieram à tona após a especulação de sua de candidatura, que liderava as pesquisas de intenção de voto.

Neste contexto, Bolsonaro apareceu como candidato levando como bandeira o combate à corrupção, esta que teria, segundo ele, destruído o país nos governos do PT. Ele aparece, inicialmente, com pouca relevância, mas progressivamente cresce muito durante a campanha. A prisão de Lula, o relacionando com atos de corrupção, juntamente com o *impeachment* de Rousseff legitimam uma de suas principais bandeiras. Ao lado desta bandeira do combate à corrupção, o apelo para o fato de ele não ser um político (mas um militar, ou alguém que foge do comportamento típico do político, em suma, um *outsider*)<sup>10</sup>, constantes alusões à ditadura militar, declarações públicas com teor de intolerância e ódio caracterizaram sua candidatura.

Ao longo do período de campanha eleitoral de Bolsonaro, circularam inúmeras notícias falsas nas redes sociais, muitas contendo ataques diretos aos seus adversários, inclusive a Lula. Nas vésperas do segundo turno disputado por Jair Bolsonaro contra o candidato do PT, Fernando Haddad, foram detectados “disparos em massa” de mensagens via aplicativo Whatsapp, incluindo notícias falsas, favorecendo Bolsonaro. As acusações que os “disparos” teriam sido usados na campanha foram, posteriormente, julgadas pelo TSE, que considerou improcedentes duas ações sobre o ocorrido, sobretudo por falta de provas que ligassem a contratação das mensagens à campanha<sup>11</sup>. O impacto exato dessas ações não pode ser calculado, mas estima-se que tenha tido uma importante influência.

O fato é, no entanto, que Bolsonaro foi eleito em segundo turno, no dia 28 de outubro de 2018 com 55,13% dos votos válidos e vem a assumir o cargo da presidência da república em 1º de janeiro de 2019. Bolsonaro prometeu em sua campanha utilizar critérios técnicos para nomeações, assim como embasamento técnico para tomar suas decisões políticas. No entanto, ainda em seu primeiro ano de governo, teve problemas em manter tal postura. Por exemplo, dados do Instituto nacional de pesquisas espaciais

---

<sup>10</sup> Mesmo estando a mais de trinta anos na política.

<sup>11</sup> <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Fevereiro/tse-julga-improcedentes-duas-acoes-contra-bolsonaro-por-suposto-disparo-em-massa-de-mensagens-pelo-whatsapp-nas-eleicoes-de-2018>

(Inpe), obtidos através da tecnologia de satélites e interpretados a partir da perícia técnica, demonstravam um expressivo aumento no desmatamento no país durante o ano de 2019, o que poderia facilmente ser associado às ações do governo e à postura do presidente. Frente a isto, Bolsonaro acusou os dados do Inpe de mentirosos e que o presidente do instituto estaria “a serviço de alguma ONG”. O desfecho da questão foi a exoneração do presidente do Inpe, Ricardo Galvão. Este é um, entre outros, exemplos em que o presidente ignora, nega ou relativiza dados e decisões técnicas com os quais havia se comprometido, em favor de sua agenda política.

Tal situação culminou em uma situação inédita durante a pandemia de COVID-19, que vem impactando gravemente o Brasil desde março de 2020. Bolsonaro rechaçou vacinas, recomendou tratamentos médicos demonstrados ineficazes e trocou diversas vezes de ministros da saúde, incluindo os que tentavam agir tendo como base critérios técnico científicos durante a pandemia. Esta postura anticientífica, observada no governo Bolsonaro e que custa vidas durante a pandemia é o ponto de interesse desta pesquisa.

### **3.2 Contexto da ascensão do pensamento anticientífico**

Em primeiro lugar, assim como na contextualização do cenário socio político brasileiro, uma reconstrução história detalhada sobre o negacionismo científico, por si só, seria digna de uma pesquisa dedicada e extensiva, por isso, é necessário esclarecer que a contextualização realizada aqui visa levantar as principais bases e fundamentos do negacionismo antes do que realizar uma aprofundada análise sobre este fenômeno. Neste sentido, é interessante destacar dois casos que não se caracterizariam exatamente como *negação da ciência*, como a conhecemos hoje, mas antes nos ajudam a começar a contextualizar a questão.

O primeiro dos casos que parece compor este processo de ascensão da anti-ciência que nos interessa é o caso de E. U. Condon, que aconteceu nos EUA durante a Guerra Fria e é exposto por Jessica Wang (1992). O caso foi

um dos mais conhecidos e publicizados casos de perseguição anticomunista no período da Guerra Fria, apesar do pouco volume de pesquisa histórica, tanto sobre o caso de Condon, quanto sobre os efeitos gerais do crescimento do

anticomunismo doméstico na comunidade científica estado unidense (WANG, 1992. p. 238. Tradução livre.)

Condon foi um reconhecido físico estado unidense com importantes contribuições teóricas na área da física quântica, a qual, dentro da física e das ciências da época, era considerada “revolucionária” por sua nova perspectiva, inteiramente científica, sobre a energia, a matéria e seus comportamentos. No período da Guerra Fria, no entanto, até mesmo a palavra “revolucionária” causava pânico nas autoridades e, em 1948, um subcomitê do HUAC (House Un-American Activities Committee), sob a liderança do seu presidente, o republicano J. Parnell Thomas, conduziu uma perseguição a Condon, considerando seus atos e sua “ciência revolucionária”, o “elo mais fraco da segurança nacional”. Na comissão Condon foi alertado que “os direitos que você tem são os direitos que lhe são concedidos por esta comissão. Nós determinaremos quais os direitos que você tem e quais os que você não tem perante a comissão”.

No final das contas, como apontado por Wang em seu artigo,

possivelmente a acusação mais séria no relatório sobre a associação de Condon com organizações supostamente de uma frente comunista, depois de não haver uma evidência se quer de que Condon era membro do Partido Comunista, foi a denúncia da comissão de sua participação no comitê executivo da ASSS (American-Soviet Science Society), uma organização formada durante a aliança entre EUA e URSS no período da Segunda Guerra Mundial para promover intercâmbio de pessoal e informações científicas (WANG, 1992. p. 247. Tradução livre.).

De modo geral, este caso serve de exemplo sobre o fato que, pelo menos desde a década de 1940, discordâncias e perseguições políticas a cientistas, motivadas neste caso pelo sentimento de pânico causado pelo anticomunismo durante a Guerra Fria nos EUA, podem ser colocados acima do próprio conhecimento científico em questão, ignorando-o em vista de interesses políticos/econômicos.

Hammond, Collishaw e Callard (2006), em outro artigo, apontam, em sua investigação em cima de documentos tornados públicos, que, ao pesquisar sobre o comportamento de fumantes e analisar os protocolos e mecanismos dos testes do nível de toxicidade de cigarros ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, a *British American Tobacco* (BAT) entendeu que, se produzisse cigarros mais “elásticos”, os equipamentos de teste não receberiam níveis de toxicidade tão altos quanto os que receberiam os fumantes. Estes, por sua vez, de acordo com as pesquisas de comportamento realizadas

pela empresa, regulariam a quantidade de nicotina tragando com mais intensidade estes “cigarros elásticos”, preparados para liberar substâncias tóxicas em níveis mais baixos aos equipamentos e mais altos aos humanos. Assim compreendemos que a BAT, deliberadamente, manipulou testes, os direcionando a resultados imprecisos, que levaram anos para serem corrigidos.

Se no caso Condon, o conteúdo científico do trabalho do cientista é ignorado frente a preocupações políticas, no caso da BAT, o próprio conhecimento científico (acerca dos níveis de toxicidade dos cigarros) é colocado em segundo plano frente aos interesses econômicos da empresa, demonstrando que os resultados de pesquisas científicas, ainda que historicamente tivessem andado junto com a produção capitalista, podem muito bem ser manipulados ou ignorados ao passo que se coloquem no caminho dos lucros das empresas. Ambos eventos são sinais importantíssimos do que estava por vir.

Já Ribas (2008) nos oferece um exemplo onde o negacionismo mais diretamente, não através da perseguição de cientistas ou através da manipulação de resultados, mas onde o próprio conhecimento científico vigente é posto em dúvida e/ou negado. Em sua dissertação, que investiga estratégias de empresas de petróleo frente ao panorama de aquecimento global, ele destaca que, quando a pressão por atitudes sobre as mudanças climáticas se intensificou, no final da década de 1980, houve uma resposta muito rápida e muito forte por parte de corporações das indústrias mais poluentes:

No início do processo foram as companhias de seguros e resseguros que pressionaram para a conscientização, porque existiam indícios de que o aumento da incidência de muitas catástrofes naturais e doenças se relacionava à emissão de gases-estufa. Em reação antagônica, cinquenta das principais corporações mundiais das indústrias mais poluentes (petrolífera, carvoeira, automobilística, energia e química), organizaram a Global Climate Coalition (GCC) em 1989, um ano após a instituição do IPCC. Este seria o mais poderoso grupo de pressão empresarial contrário à precaução ambiental e discussões das mudanças climáticas [...]. As atividades da GCC incluíam [...] a publicação de estudos que questionavam o risco do aquecimento da terra e a necessidade de uma política preventiva [...], influência da opinião pública, utilizando-se dos meios de comunicação para propagar sofismas [...]. A coalizão gastou mais de US\$ 60 milhões em doações políticas ao longo da década de 1990, e tantos outros em propaganda. O propósito declarado da GCC era o de “lançar dúvida sobre a teoria do aquecimento global” (BEDER, 2000). Chegou a ser distribuído um vídeo para centenas de jornalistas, alegando que o aumento dos níveis de dióxido de carbono iria aumentar a produção vegetal e contribuir para elevar a produção de alimentos. (RIBAS, 2008. p. 64)

Este foi talvez o mais notório e massivo caso onde setores da indústria se engajaram premeditadamente para pôr em dúvida ou negar o conhecimento científico e permaneceu como um importante polo de negacionismo ao longo da década de 1990.

Outro caso que acabou ganhando espaço neste período foi o do *design inteligente*, uma vertente do criacionismo que nega as teorias científicas sobre origem da vida e a evolução das espécies. O *design inteligente* se colocou como um premeditado plano para substituir ou equiparar o ensino da teoria da evolução nas escolas por uma versão criacionista sem embasamento científico de fato. Em reação, o ensino do *design inteligente* está proibido nas escolas estado unidenses desde 2005, mas até hoje o movimento mantém força, tendo chegado institucionalmente no Brasil em 2014, através da fundação da Sociedade Brasileira do Design Inteligente (HENTGES & ARAÚJO, 2020).

Tanto o lobby negacionista da indústria do petróleo quanto o *design inteligente* constituíram duas das principais frentes negacionistas, principalmente, durante a década de 1990 e o início da década de 2000. A partir do sucesso destas frentes e da difusão do acesso à internet e às redes sociais, outras formas de negacionismo apareceram e continuam a aparecer com cada vez mais frequência e em uma dinâmica cada vez mais difícil de se acompanhar, devido à velocidade das informações nas redes sociais e na internet, que em muitos casos parecem favorecer o negacionismo.

Por exemplo, uma pesquisa realizada pela Avaaz<sup>12</sup> aponta que os algoritmos do YouTube, através de seus mecanismos de sugestão, promovem vídeos contendo desinformação sobre as mudanças climáticas. Este estudo confirma o diagnóstico de diferentes divulgadores científicos, contrastando o pesado trabalho de pesquisa e grande quantidade de horas de dedicação para levar ao ar um vídeo de conteúdo científico, por um lado, com o bombardeio de desinformação anticientífica potencializado pelos algoritmos do YouTube que valorizam a frequência dos vídeos (característica de canais anticientíficos na plataforma) frente ao conteúdo de fato informativo, por outro. Tal problema levou diferentes divulgadores científicos atuantes no site de vídeos a se

---

<sup>12</sup> Disponível em [https://secure.avaaz.org/campaign/en/youtube\\_climate\\_misinformation/](https://secure.avaaz.org/campaign/en/youtube_climate_misinformation/), acessado em 02/06/2021.

reunirem, buscando somar forças de modo coletivo para combater a anticiência no YouTube através de iniciativas como o *BláBláLogia*<sup>13</sup> e o *Science Vlogs Brasil*<sup>14</sup>.

Estas iniciativas de resistência nos permitem traçar, através da reação ao negacionismo, o seu avanço na internet e nas redes sociais em nosso país, já que a alta volatilidade dos conteúdos publicados na internet, que podem ser removidos do ar, ocultados ou simplesmente são de difícil acesso após sua circulação orgânica. Neste sentiso, o *Science Vlogs Brasil* surgiu em 2016, mas alguns de seus membros fundadores estão presentes na tentativa de combate ao negacionismo nas redes sociais desde o final da primeira década dos anos 2000 se fortaleceu a partir da década de 2010.

Estes movimentos dificilmente podem ser considerados reações exageradas, já que, por exemplo, o deputado federal e pastor Marcos Feliciano apresentava em 2014 um projeto de lei que buscava tornar obrigatório o ensino da “teoria criacionista” nas escolas brasileiras, um grande exemplo do espaço que assumia tal forma de pensamento na sociedade brasileira. No entanto, os perigos do pensamento negacionista ainda não estavam tão claros ao público em geral e até mesmo a muitos cientistas, mesmo neste período. A progressão deste tipo de pensamento se dá de forma rápida e avassaladora desde então, se espalhando em temas como o aquecimento global, que botava interesses econômicos em jogo, e no o design inteligente, que botava interesses políticos/religiosos em jogo, mas também em temas como o terraplanismo que não parece carregar, a uma primeira vista, interesses sociais consigo, mas foram ajudando a construir uma fundação, uma base, através da qual o pensamento negacionista se estruturou, se fortaleceu e se legitimou para muitos grupos sociais através de diferentes plataformas. Este avanço acaba culminando na atual crise, onde em meio a uma crise sanitária global, o pensamento anticientífico presente no governo Bolsonaro, no caso brasileiro, e a base social que o apoia, mostra seu real potencial destrutivo e passa a custar vidas humanas a cada informação falsa difundida, demonstrando sua real ameaça.

---

<sup>13</sup> Disponível em [https://www.youtube.com/channel/UC3Ooj\\_iDWELBumIEDejyNHQ](https://www.youtube.com/channel/UC3Ooj_iDWELBumIEDejyNHQ), acessado em 02/06/2021.

<sup>14</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/channel/UCqjD87j08pe5NYPZ-ncZw2w>, acessado em 02/06/2021.

O governo de Trump nos Estados Unidos, assim como o de Bolsonaro no Brasil e outros ao redor do mundo fazem parte de um novo paradigma político em que estes fatos alternativos, não científicos, passam a ser normalizados e trazidos para a esfera das ações políticas. O ambiente da internet, como o caso do YouTube, que promove, muitas vezes, conteúdos desinformativos, abre espaço para uma falsa correlação entre defensores da ciência e defensores das teorias conspiracionistas, ao passo que interesses políticos, o formato dos meios de comunicação digitais e a formação de juízos por parte das pessoas se entrelaçam em uma complicada rede onde o discurso científico está longe de ser hegemônico, por um lado, mas, a atitude e o comportamento críticos, por outro, não tomam seu lugar, trazendo novos desafios à sociedade.

## **4 Análise empírica**

Após desenvolver, até aqui, a perspectiva teórica presente nos ensaios de Habermas sobre ciência e sociedade, juntamente com a questão da percepção social sobre a ciência nas últimas décadas no Brasil, buscamos, neste capítulo, apresentar nossa investigação acerca do tema. Para isto, em um primeiro momento, buscamos relacionar a ótica habermasiana, desenvolvida anteriormente, à realidade brasileira, assim como destacar a emergência das condições que levaram a confiança das pessoas na ciência e a ideologia da tecnocracia a um declínio, abrindo espaço para a expansão do pensamento anticientífico, observado atualmente no governo Bolsonaro. A partir daí, partimos para a construção de um problema, o estabelecimento de uma hipótese sobre a atual situação brasileira e a proposição de uma metodologia para testar esta hipótese a partir de uma análise de dados secundários. Por fim, apresentamos os resultados obtidos através da pesquisa.

### **4.1 Teoria habermasiana e o caso brasileiro**

Podemos notar, a partir do desenvolvimento do capítulo 1 desta dissertação, que ao teorizar sobre a ciência na sociedade capitalista, Habermas olha para a questão a partir da Europa. Por este motivo, é necessário compreender amplamente o contexto brasileiro acerca das relações entre ciência e sociedade, desenvolvido no capítulo 2, para que fique claro como a teoria do autor pode nos ajudar a explicar o que se passa atualmente no Brasil. Por exemplo, o compromisso entre capital e trabalho que ocorre na

Europa e é destacado como ponto chave por Habermas (1987a,1997) para o entendimento do papel da ciência nas sociedades industriais, começa a tomar forma no final do século XIX, período em que, no Brasil, estavam acontecendo a abolição da escravatura e a proclamação da república. Do mesmo modo e também a título de exemplo, ao passo que o estado de bem-estar social entrava em crise na Europa, gerando reações como as neoconservadoras e neoliberais, que levaram Habermas (1987a) a destacar a insuficiência das democracias representativas como instrumentos emancipatórios, o Brasil, por outro lado, nem mesmo com uma democracia representativa contava, pois encontrava-se sob uma ditadura militar.

Considerando, portanto, este aspecto histórico, é de fundamental importância que estabeleçamos de que modo o olhar (a partir da Europa) de Habermas sobre ciência e sociedade pode ser adequado para nos ajudar a explicar o que se passa no Brasil em relação à ciência e sua negação durante a pandemia de COVID-19 atualmente em curso. Neste sentido, podemos traçar um paralelo entre a situação socioeconômica que possibilitou, na Europa, a emergência de uma grande confiança das pessoas na ciência e o aparecimento daquilo que Habermas chama de ideologia da tecnocracia, assim como a emergência de uma situação análoga na realidade brasileira.

A partir do final do século XIX, no caso europeu, como destacado no capítulo teórico deste trabalho, a situação da economia capitalista guiada pela ideologia liberal da economia política passou por crises resultantes de tensões entre capital e trabalho e que só puderam ser controladas através de um compromisso socio-estatal onde os Estados capitalistas modernos passaram, por um lado, a garantir o bom funcionamento da economia e do sistema econômico em geral e, por outro, a compensar os trabalhadores e a população através do estabelecimento de direitos sociais e do acesso a serviços estatais (HABERMAS, 1997). Este compromisso, que veio a se consolidar, ao longo de seu desenvolvimento, naquilo que conhecemos hoje como Estado de bem-estar social, foi fortemente impulsionado no período de guerra fria nos países capitalistas industrializados, até entrar em crise em meados da década de 1970, gerando reações neoconservadoras (HABERMAS, 1987a). Neste cenário, antes da referida crise, os avanços científicos frequentemente alimentavam o crescimento econômico das nações

que, por sua vez, dava as bases para investimentos na qualidade de vida das pessoas através dos mecanismos do estado de bem-estar social, além de possibilitar novos investimentos em ciência e tecnologia, que retroalimentavam o processo. A partir deste ciclo, a ciência pôde ser facilmente associada a uma imagem de confiança, o que permitiu que decisões políticas que, para Habermas, não podem ser tomadas diretamente através do conhecimento científico, pudessem ser apresentadas através de uma linguagem científica, de modo a adquirir a aparência de uma confiável “solução científica apolítica para problemas sociais”. Este fenômeno é chamado de ideologia da tecnocracia e tem papel central no entendimento das relações entre ciência e sociedade no continente europeu ao longo do século XX.

Já se considerarmos o processo de industrialização do Brasil, concluímos que, em um contexto do final do século XIX, o compromisso socio-estatal que é observado na Europa, fruto de sua industrialização a partir do modo de produção capitalista, dificilmente se consolidava como uma tendência no país, que passou por um processo de industrialização posteriormente, ao longo do século XX. No entanto, ao avançar no tempo, do final do século XIX ao final do século XX, observamos que os governos brasileiros após o processo de redemocratização no país, por sua vez, atuavam de modo análogo ao esperado a partir do compromisso socio-estatal, pois asseguravam direitos e serviços básicos à população, ao passo que mantinham (ou buscavam manter) as condições básicas para o bom funcionamento do sistema econômico capitalista. Podemos notar no Brasil, no entanto, características análogas às de um estado de bem-estar social mais bem consolidado – como aquele que floresceu no continente europeu principalmente durante a guerra fria, até entrar em crise em meados da década de 1970 – apenas nos anos 2000, a partir dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Estes, como foi destacado no capítulo anterior, diferentemente de seus antecessores, deixaram de entender os empreendimentos estatais, os investimentos e os serviços públicos como economicamente inviáveis e, de modo geral, ineficientes. Assim, a contrapartida social do compromisso socio-estatal foi potencializada durante estas administrações. A emergência, no entanto, dessa situação de analogia é uma constatação que faz sentido sob perspectiva teórica de Habermas destacada no capítulo 1, visto que a expansão do modo de produção capitalista e os aumentos nos níveis de industrialização, que

ocorreram no Brasil ao longo do século XX, foram justamente os fatores que direcionaram os países capitalistas na Europa ao estabelecimento do compromisso socio estatal e ao estado de bem-estar social, cerca de um século antes.

Sendo assim, este cenário nos indica que, a partir de uma situação análoga ao compromisso socio-estatal, as bases materiais e institucionais para o estabelecimento de um ciclo que retroalimenta uma impressão positiva da ciência frente à população e para a emergência de uma ideologia da tecnocracia estavam dadas no Brasil, pelo menos, desde a redemocratização do país.

Não é o objetivo deste trabalho investigar as condições que levaram ou não a população brasileira a confiar no conhecimento científico ou ao aparecimento de uma ideologia tecnocrática no Brasil. De todo modo, é importante notar que, de uma maneira ou de outra, os primeiros governos brasileiros democráticos, pós-ditadura militar, estavam estruturados de um modo análogo ao compromisso socio-estatal e suas ações políticas refletiam, como destacamos no capítulo 2, uma importante credibilidade dada à ciência. Estes fatores nos dão segurança para levantar uma primeira premissa que levaremos adiante na presente investigação e pode ser descrita da seguinte maneira: *pelo menos desde o período de sua redemocratização, o Brasil apresentou uma situação sócio-política mais ou menos análoga ao compromisso socio estatal que, segundo Habermas, deu as bases para a emergência de um ciclo que sustentava a confiança das pessoas na ciência e possibilitou o aparecimento da ideologia tecnocrata na Europa. Esta situação sócio-política expressa, na prática, também uma retroalimentação da confiança dos brasileiros na ciência junto com a aparição de uma ideologia tecnocrata.* No entanto, se, ao olhar para a relação da sociedade brasileira com a ciência, desde a redemocratização do país, podemos concluir que uma grande confiança no conhecimento científico guiou indivíduos, grupos sociais e governos do país durante décadas, nos últimos anos, porém, tal confiança foi abalada.

## **4.2 A confiança na ciência e a ideologia da tecnocracia após a crise do estado de bem-estar social**

É importante notar que a confiança das pessoas no conhecimento científico e a ideologia tecnocrata não sucumbem imediatamente após a crise do Estado de bem-estar social e a ascensão do neoconservadorismo e do neoliberalismo, observados na Europa, a partir da década de 1970, mesmo que as administrações neoliberais tenham rompido com aquele ciclo onde os avanços científicos geravam avanços econômicos que, por sua vez, eram revertidos em uma contrapartida social através do estado. A partir das políticas neoliberais, esta contrapartida social é justamente desintegrada, juntamente com os altos investimentos públicos em ciência e tecnologia. Apesar do rompimento deste ciclo, não é plausível que a confiança das pessoas em uma instituição como a ciência, no entanto, tenha deixado de existir da noite para o dia, sobretudo quando é transformada em uma ideologia como a da tecnocracia. Na verdade, é exatamente isso que é observado por Habermas, que mesmo ao identificar reações neoconservadoras à crise do Estado de bem-estar social, não identifica nestes movimentos algum tipo de comportamento de negacionismo científico, mesmo tendo notado um movimento de desqualificação de intelectuais de oposição.

No entanto, como foi destacado no capítulo anterior, recentemente, em um momento em que o neoconservadorismo tem seu fôlego renovado, através de figuras como Donald Trump nos Estados Unidos e até mesmo Jair Bolsonaro, no Brasil, os discursos de diferentes líderes políticos, em uma tendência global, se desvencilham da ciência e o negacionismo científico ganha espaço. O que mudou de um primeiro momento de ascensão dos pensamentos neoliberais e neoconservadores, em meados da década de 1970, para o presente momento é que, atualmente, praticamente 40 anos se passaram desde que, na Europa e no norte global em geral, o ciclo de retroalimentação da confiança das pessoas na ciência foi rompido e os seus avanços deixaram de ser refletidos em uma melhor qualidade de vida para as pessoas, facilitando a expansão de um discurso negacionista. Enquanto isso, no Brasil, o momento de crise, durante o segundo governo de Dilma Rousseff, também facilitou uma ascensão de um pensamento anticientífico, visto que os grandes investimentos estatais na ciência e nas universidades públicas se tornaram alvos daqueles que criticam os altos gastos públicos atrelados aos governos do

Partido dos Trabalhadores. Somados a estes fatores, nas últimas décadas, sobretudo na década de 1990, os avanços da ciência transformados em tecnologia, foram responsáveis pela automação de diferentes atividades de produção e serviços, de modo a ocasionar relevantes ondas de demissões em determinados setores profissionais, o que pode ter sido responsável por provocar uma imagem negativa dos avanços técnico-científicos em boa parte da população<sup>15</sup>. Podemos compreender, assim, que este cenário tornou mais fácil que os representantes do neoconservadorismo, nos últimos anos, pudessem vir a atacar, não apenas os intelectuais que representavam sua oposição, como faziam desde a década de 1970 (HABERMAS, 1987a), mas agora também os cientistas e a própria ciência, que colocam empecilhos (como a necessidade de redução das emissões de carbono ou a importância da preservação das florestas) para os interesses capitalistas.

Cumprir destacar que, justamente pela ciência moderna se caracterizar como um meio que permite a manipulação da natureza, os mesmos representantes do neoconservadorismo e do neoliberalismo, que defendem os interesses capitalistas e se insatisfazem com o avanço do Estado de bem-estar social (que era responsável por financiar os avanços do conhecimento científico), não podem descartar o conhecimento científico de uma vez por todas, já que a racionalização do trabalho e a própria produção de mercadorias dependem da sua aplicação. Este fato cria uma contradição ao redor da ciência moderna nas sociedades capitalistas contemporâneas: por um lado, a mesma se torna um empecilho, já que seu financiamento onera o estado e suas conclusões sobre os impactos da produção capitalista sobre o planeta Terra perturbam a viabilidade de setores industriais inteiros; por outro lado, sem o conhecimento oriundo da ciência, a própria produção de mercadorias nos moldes que conhecemos, assim como a viabilidade de diferentes setores industriais seriam comprometidas. Como um dos maiores e mais emblemáticos exemplos deste caso, temos a indústria do petróleo que, sem o conhecimento científico não seria capaz, sequer, de este produto da terra, quanto menos

---

<sup>15</sup> Apesar do desemprego tecnológico se caracterizar como um fenômeno que aparece nas sociedades capitalistas desde seus primórdios, tendo sido discutido por clássicos como Karl Marx e David Ricardo desde o século XIX, não tendo surgido como uma reação peculiar oriunda do desenvolvimento técnico científico das últimas décadas (DOS SANTOS, 2008; COUTO et al., 2011), o fenômeno teve um impacto de destaque – sobretudo no Brasil – no crescimento do desemprego durante a década de 1990 (CARVALHO & BERNARDES, 1996; COUTO et al., 2011).

introduzir sua utilização prática em outros diferentes setores industriais. Porém, ao mesmo tempo, a ciência que dá as bases para a exploração do petróleo, ao considerar os impactos que esta tem sobre o equilíbrio natural do planeta Terra, demonstra a inviabilidade deste setor.

### **4.3 Problema, hipótese e metodologia**

Tendo em mente a ascensão de um pensamento negacionista através do neoconservadorismo ao longo do século XXI, sobretudo nos últimos anos, e a aparente inserção do governo Bolsonaro nesta dinâmica, estabelecemos como objeto de estudo para esta investigação as normas jurídicas de resposta do governo Bolsonaro à pandemia atualmente em curso no Brasil, com a finalidade de responder ao seguinte problema de pesquisa: *em que medida a administração do governo Bolsonaro adota uma postura anticientífica em sua resposta à pandemia de COVID-19 no Brasil, rompendo com a tendência de administração estatal caracterizada pelo embasamento científico de suas ações e que estava consolidada no país ao longo dos últimos governos desde a redemocratização do país?*, tal problema visa verificar as circunstâncias sob as quais o aparente alinhamento da administração Bolsonaro com um pensamento anticientífico se consolida de fato na prática de seu governo.

Neste cenário e ao considerar os elementos desenvolvidos até aqui, propomos como hipótese para o problema estabelecido que o neoconservadorismo no século XXI, incluindo o governo Jair Bolsonaro, a partir da desestruturação dos pilares que sustentavam a lógica de confiança na ciência e a ideologia da tecnocracia, adquire um novo traço, diferente daqueles inicialmente associados por Habermas ao neoconservadorismo no século XX. Não se trata da negação da ciência simplesmente, mas antes de assumir uma posição em que, por um lado, busca não desamparar ou deslegitimar inteiramente o conhecimento científico, que segue dando as bases para o processo de produção de mercadorias e a reprodução capitalista e, por outro lado, busca justamente deslegitimar e desamparar diferentes segmentos da ciência que se colocam como empecilhos ao desenvolvimento capitalista e aos seus interesses políticos e econômicos. Isto resultaria, portanto, em uma atuação mista dos neoconservadores onde

a ciência é evocada ou descartada, valorizada ou ignorada, dependendo das circunstâncias, dependendo dos interesses por trás de cada medida. Assim, parece evidente o rompimento da administração Bolsonaro com a lógica de confiança no conhecimento científico, que guiou diferentes administrações anteriores, no entanto, aquilo que toma seu lugar não se expressaria em termos de uma mera negação, mas antes na forma de uma atuação contraditória que oscila entre ciência e anticiência.

Como exemplo deste novo traço do *modus operandi* neoconservador e também como embasamento para a hipótese levantada no parágrafo anterior, podemos nos voltar a como o governo Bolsonaro vem lidando com a questão do agronegócio e do desmatamento no país. Em 7 de agosto de 2019, o então diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, foi exonerado do cargo após Bolsonaro acusar de mentirosos e tendenciosos os novos dados divulgados pelo Inpe que, durante o ano de 2019 (primeiro ano de Bolsonaro no governo), alertavam sobre um drástico aumento no desmatamento da Floresta Amazônica. O governo, após as críticas a Galvão e ao Inpe, que resultaram na exoneração do pesquisador, através de uma nota do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, reconheceu a importância do Inpe e sua relevância internacional, e que o substituto de Galvão seria escolhido de acordo com o mérito necessário para o cargo. No fim das contas, os dados científicos, que em nenhum momento foram demonstrados falsos para além da opinião pessoal do presidente, foram criticados e negados, enquanto os cientistas responsáveis pelos mesmos foram censurados e desacreditados. Contudo, o próprio Inpe (sob nova direção) e a ciência de modo geral, não foram descartados ou deslegitimados, visto que a atitude anticientífica do governo atacou especificamente o consenso científico sobre o tema do desmatamento e censurou dados e pesquisadores pontuais. Deste modo é aberta a possibilidade para que o valor do conhecimento científico seja evocado de acordo com sua conveniência para o governo e seus aliados. Recentemente, por exemplo, Jair Bolsonaro, através de decreto publicado no Diário Oficial da União em 8 de outubro deste ano de 2021, flexibilizou a regulamentação dos agrotóxicos no país. Neste caso, justamente por aliar-se à flexibilização do uso destes produtos para o setor do agronegócio no país, o governo, em um primeiro momento, demonstrou confiança em uma tecnologia desenvolvida a partir do conhecimento científico – os agrotóxicos – e, por estabelecer, através do

decreto, um limite seguro de exposição a estes produtos, se utilizou, em um segundo momento, de um amparo científico para suas ações. Averiguar se, neste caso específico, este amparo tem legitimidade no consenso científico ou se parte ou não de dados manipulados para atingir seus objetivos políticos está além da intenção deste trabalho, o importante com este exemplo é deixar clara esta dualidade frente ao conhecimento científico, que provoca nossa investigação, onde a afirmação ou negação da ciência, neste caso, se mostra meramente instrumental, um meio para atingir fins.

Uma leitura habermasiana desta situação nos permite compreender que tal postura adotada pelo governo Bolsonaro e pelos adeptos do neoconservadorismo no século XXI, pode ser considerada como um modo peculiar através do qual a racionalidade instrumental é expressada nas sociedades capitalistas contemporâneas. Assim, quando, em um primeiro momento, o conhecimento científico sobre o mundo natural pôde amplificar a capacidade humana de transformar a natureza ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, possibilitando a criação de novas mercadorias e mercados, ele passou a ser estimado por seu valor instrumental ao capitalismo. Mas, na atualidade, nem sempre conhecimento científico e desenvolvimento capitalista têm se beneficiado mutuamente, de modo que passa a existir, então, um valor instrumental também no descrédito da ciência sob certas circunstâncias, ainda que, sob outras, o valor instrumental do conhecimento científico permaneça. Em outras palavras, durante boa parte do século XIX e do século XX, a racionalidade instrumental andou lado a lado com o conhecimento científico de modo tão forte que possibilitou a emergência da própria ideologia da tecnocracia, através da qual acreditou-se poder tomar decisões políticas dentro dos estados capitalistas praticamente como se fossem questões meramente técnicas que o conhecimento científico poderia avaliar. No entanto, desde as décadas finais do século XX e, principalmente, ao longo das primeiras décadas do século XXI, o desenvolvimento do conhecimento científico atingiu um novo e diferente momento em que a insustentabilidade da relação entre o modo de produção capitalista e a natureza foi evidenciada através de novas pesquisas que se multiplicam a cada dia. Deste modo, aqueles interessados na continuidade do modo de produção capitalista, incluindo sua lucrativa (e insustentável) relação com a natureza, estariam agindo a partir da mesma racionalidade instrumental ao negar ou questionar o conhecimento científico, que antes

era adotada quando a ciência era evocada em prol dos interesses do capital. Este tipo de postura mista frente à ciência, mesclando, por um lado um amparo ao conhecimento científico, quando este soa conveniente aos interesses do governo e dos grandes setores econômicos, com a negação da ciência, a censura e as críticas a cientistas e a desqualificação de dados científicos, por outro, é o que esperamos identificar nas respostas institucionais do governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19.

Com o intuito de comprovar ou falsear a hipótese que o governo Jair Bolsonaro sustenta esta posição instrumental frente à ciência durante sua administração da pandemia atualmente em curso, propomos, neste trabalho, uma análise documental das respostas à COVID-19 por parte do governo federal. Para facilitar o processo, trabalhamos com dados secundários obtidos através do boletim “Direitos na Pandemia” que, ao longo de seus números publicados, realizou um trabalho de compilação e análise das respostas jurídicas dos estados e da união, incluindo medidas do governo federal, através do presidente e seus ministérios, à pandemia, de um modo sistemático, que nos permite acessá-las com facilidade e de um modo organizado. O boletim é uma publicação de difusão científica promovida pelo instituto Conectas Direitos Humanos e pelo Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), com periodicidade quinzenal, que apresentou resultados preliminares de um projeto intitulado “Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil”. O boletim nos apresenta dados relevantes elaborados por uma equipe multidisciplinar, que inclui especialistas, mestres e doutores em ciência política, direito, medicina preventiva, saúde pública entre outros colaboradores e pesquisadores. Esse projeto contou com uma pesquisa documental que constituiu um banco de normas, cujos dados foram base para uma análise qualitativa dos impactos da administração do país, durante a pandemia, sobre os direitos humanos. Isto inclui os aspectos de caráter técnico-científico que, ao serem contemplados, ignorados ou negados, possam ter impactado a preservação ou privação dos direitos humanos no país.

Para realização desta tarefa, analisamos os boletins publicados durante o ano de 2020, que correspondem aos números de 1 a 9, publicados entre 8 de julho e 26 de

novembro de 2020. A realização de uma análise individualizada de cada norma jurídica emitida ou sancionada pelo governo federal é inviável, de um ponto de vista prático, dentro da proposta desta pesquisa, já que, durante o período, mais de 3000 normas jurídicas foram emitidas pela união. No entanto, os boletins a serem analisados se concentram justamente em realizar, sob a perspectiva dos direitos humanos, durante a pandemia, uma compilação, exposição e análise destas normas de um modo sintético, resumizando a resposta institucional do governo a pontos de destaque. Assim, identificamos, em um primeiro momento, em cada número publicado, quais ações ou medidas de resposta, destacadas e analisadas nos boletins, se relacionam com o conhecimento científico, seja ele considerado, ignorado ou negado. Em um segundo momento, a partir da identificação das respostas do governo relacionadas à ciência, foi realizada uma análise com o intuito de categorizar estas medidas entre: (a) aquelas que consideram o consenso científico e as recomendações técnico-científicas vigentes como base para sua implementação; (b) aquelas que não negam a importância da ciência, mas ignoram o consenso científico e as recomendações técnico-científicas vigentes; e (c) aquelas que contrariam desconsideram ou deslegitimam a ciência de modo geral. Por fim, foi realizada uma análise da distribuição das medidas do governo de resposta à pandemia entre as categorias aqui propostas, com a intenção de identificar uma aproximação ou afastamento dos resultados obtidos com a hipótese proposta, de modo que esperamos identificar uma alternância entre as categorias (a), (b) e (c) norteadas por uma nova forma de expressão da racionalidade instrumental que aparece na contemporaneidade e nem sempre está alinhada com o pensamento científico.

#### **4.4 Análise dos dados**

Como previamente destacado, nossa análise usa como ferramenta o boletim “direitos na pandemia”. Partindo de uma perspectiva interdisciplinar, interessada em analisar uma possível restrição de direitos no Brasil durante a pandemia, ele nos oferece mapeamentos e análises das normas jurídicas de resposta do governo Bolsonaro (e dos estados e municípios) à pandemia de COVID-19 e suas consequências no país.

A realização do boletim é um projeto do Centro de Pesquisas e Estudos sobre Direito Sanitário (CEPEDISA), da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a organização não governamental Conectas Direitos Humanos. Pesquisadores das áreas da bioética, das ciências biológicas, das ciências farmacêuticas, da epidemiologia, da medicina preventiva, da saúde pública, de diferentes esferas do direito, da ciência política, entre outras, integram o CEPEDISA, que realiza, entre outras atividades, divulgação científica e pesquisas acadêmicas dentro do seu tema de referência, a efetivação do direito à saúde no Brasil. Já a Conectas Direitos Humanos, se vincula a uma agenda de defesa dos direitos humanos e da democracia, se tratando de uma ONG com status consultivo junto à Organização das Nações Unidas (ONU). Na sua equipe conta com ativistas, advogados, sociólogos, profissionais de relações internacionais, além de profissionais de outras áreas.

Considerando que o CEPEDISA, que, como ressaltamos, está vinculado à Faculdade de Saúde Pública da USP, contando com cientistas de diferentes áreas do conhecimento, e também o alto número de especialistas em direito envolvidos no projeto, podemos compreender como estas instituições, que estão por trás da pesquisa e dos dados apresentados nos boletins, dão respaldo científico e jurídico para os mesmos, qualificando a análise realizada através de nossa pesquisa.

Entre outros, os temas que aparecem nos boletins analisados estão: a questão dos migrantes e dos refugiados em meio à pandemia; os possíveis tratamentos para a COVID-19; a preparação para a vacinação; a flexibilização de medidas de isolamento social; os ataques sofridos por povos indígenas durante a pandemia e ao longo da administração Bolsonaro; a atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante a pandemia; os impactos do discurso de Bolsonaro na ONU; a retomada de atividades presenciais na educação; a questão do sistema prisional durante a pandemia. Muitos destes temas estão diretamente circunscritos por dados e debates científicos, enquanto outros se conectam potencialmente com a ciência, de modo que os boletins apresentam um conteúdo que nos auxilia a cumprir os objetivos de nossa investigação.

Para realizar o primeiro passo, o de identificação das normas jurídicas de resposta do governo federal à pandemia que estão justamente em contato com dados, debates, discussões, pesquisas ou questões científicas de modo geral, trabalhamos, na sequência desta seção, de boletim a boletim, em ordem cronológica do número 1 ao 9, de acordo com o recorte previamente estabelecido. Realizada a identificação das normas em contato com a ciência, posteriormente, separamos as normas identificadas dentro das categorias (a), (b) ou (c), apresentadas na seção anterior deste capítulo. Por fim, buscamos verificar em que medida os resultados dão suporte ou não à hipótese preestabelecida.

O primeiro número do boletim, publicado em 8 de julho de 2020, tem foco nas normas jurídicas adotadas como medida de resposta à pandemia no âmbito dos migrantes e refugiados. O boletim denuncia um tratamento desigual oferecido a diferentes tipos de estrangeiros e migrantes, em especial às pessoas vindas da Venezuela, mas nenhuma questão em torno do conhecimento científico, como isolamento social, possíveis tratamentos ou vacinas entra em pauta, permanecendo a análise dentro de um aspecto jurídico.

Já o boletim nº 2, publicado em 23 de julho de 2021, dentre os pontos discutidos, analisa o uso de cloroquina/hidroxicloroquina como tratamento para a COVID-19. O boletim destaca que, entre outros medicamentos disponíveis no mercado, cloroquina e hidroxicloroquina foram inicialmente eleitos como tratamentos promissores para a doença.

No início da pandemia, devido à ausência de tratamentos para Covid-19, alguns medicamentos disponíveis no mercado, como lopinavir/ritonavir, corticoides e também a hidroxicloroquina/cloroquina, foram eleitos como tratamentos promissores, que deveriam ser sujeitos a estudos clínicos para testar a sua eficácia (ou seja, se o medicamento realmente funciona) para o tratamento da Covid-19. Alguns estudos *in vitro* (em laboratório) e com pequeno número de pacientes foram publicados no início de março, sugerindo um benefício da hidroxicloroquina (DIREIROS NA PANDEMIA, n. 2, 2020, p. 8)

No entanto, após alguns estudos iniciais indicarem resultados interessantes, a metodologia dos estudos *in vitro* parecia insuficiente para afirmações mais seguras sobre a eficácia dos tratamentos com hidroxicloroquina/cloroquina

(...) a comunidade científica alertou sobre os problemas metodológicos e necessidade de aguardar publicações adicionais. O estudo com melhor nível de evidência, ou seja, que consegue mostrar se uma nova intervenção realmente funciona em detrimento ao tratamento padrão, é o ensaio clínico randomizado. Somente por meio de um conjunto de estudos com bom delineamento é possível dizer que determinado medicamento é eficaz e seguro para um problema de saúde específico (ex: Covid-19). Desta forma, naquele momento, qualquer recomendação seria precipitada e não embasada em evidências robustas. (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 2, 2020, p.8)

Por fim, em suma, nenhum ensaio clínico randomizado havia demonstrado resultados suficientes para considerar estes tratamentos eficazes e seguros. Mesmo assim, o boletim destaca que

(...) em 28 de março, a agência americana de saúde, US Food and Drug Administration (FDA), recomendou a hidroxicloroquina/cloroquina para uso emergencial em pacientes hospitalizados. Na mesma semana, o Ministério da Saúde do Brasil estabeleceu as primeiras orientações para casos graves, alegando autorização para o chamado “uso compassivo”, isto é, por compaixão, contrariando norma da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que exige anuência da agência para cada paciente, de maneira pessoal e intransferível, não admitindo liberação generalizada para grupos de pessoas (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 2, 2020, p. 8)

Mais tarde, em maio, o Ministério da Saúde faz uma nova publicação oficial sobre doses e tempo de tratamento destas medicações para casos leves. Tais ações, encaminham à seguinte conclusão sobre as ações do governo e seus ministérios, destacada no boletim:

A adoção de protocolo clínico sem comprovação científica contraria igualmente a Lei Orgânica da Saúde. Eventual recomendação de uso e posologia de cloroquina e hidroxicloroquina – sem base científica, porque não existe dose estabelecida desses medicamentos para tratamento de Covid-19 – significa criar protocolo clínico e diretriz terapêutica sem observar o procedimento previsto em lei, que é atribuição do Ministério de Saúde, e exige o assessoramento da CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS), considerando as evidências científicas sobre a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança do medicamento, conforme o art. 19-Q da já citada Lei Orgânica da Saúde. Ademais, a chamada “nova lei da quarentena”, em seu art. 3º, § 1º, também estabelece que quaisquer medidas, entre elas a determinação de realização compulsória de tratamentos específicos, somente poderão ser adotadas com base em evidências científicas (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 2, 2020, pp. 8-9)

Com base em dados mais conclusivos, oriundos da continuidade dos estudos e de novos estudos, o FDA americano retirou sua recomendação inicial para o uso destes medicamentos ainda em 15 de junho de 2020, assim como diversos outros países também o fizeram, mas não o Brasil, pelo menos não através do Ministério da Saúde ou do governo federal. Como destacado, tais ações, ao ignorar o consenso científico, violam,

portanto, além da “lei orgânica da saúde” (lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), também a própria “nova lei da quarentena” (lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020), sancionada por Bolsonaro e que estabelece que a realização compulsória de tratamentos médicos e outros procedimentos clínicos devem estar embasadas por evidências científicas.

O boletim de nº 3, publicado em 13 de agosto de 2020, dentre os temas que analisa, destaca que antes de uma ampla vacinação e do desenvolvimento de tratamentos para a COVID-19, as medidas de isolamento social são consideradas a maneira mais eficaz de frear o avanço do vírus. No entanto, estados e municípios, por influência ou não dos incentivos discursivos do governo federal, estavam já começando rapidamente a flexibilizar estas medidas de isolamento naquele momento. A razão para tal flexibilização parecia residir em uma aposta pela opção de aguardar a vacina, que no momento já começara a ser desenvolvida por diferentes laboratórios.

Na ausência de vacina e medicamentos, as opções disponíveis para evitar a transmissão da doença e mais mortes ainda são as já conhecidas por todos: distanciamento físico, uso de máscaras, higienização pessoal e de ambientes constante com detergentes e álcool, testagem estratégica e isolamento dos infectados. Infelizmente, como os resultados da pesquisa vêm demonstrando explicitamente por meio das normas jurídicas aprovadas pela União e pelos Estados e Municípios, o Brasil vem rapidamente abandonando estas diretrizes e promovendo uma flexibilização um tanto quanto açodada e mal planejada das medidas conhecidas e preconizadas pela OMS como as mais adequadas para contenção da pandemia. Parece, portanto, que a equivocada aposta dos governantes brasileiros é a de aguardar a vacina chegar (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 3, 2020, p. 8)

Mesmo dentro deste panorama de expectativa pela vacina, o que se passava em termos de respostas jurídicas do governo federal a esta questão era quase nulo:

(...) ao aprofundarmos a análise das mais de 1800 normas jurídicas aprovadas no âmbito da União sobre Covid-19 no período de janeiro a julho de 2020, apenas 5 normas tratam de vacinas, e nenhuma delas oferecendo uma diretriz clara sobre o que o governo federal brasileiro está fazendo ou pretende fazer para incentivar a descoberta e, quando for o momento, organizar a produção, a distribuição e a aplicação em massa da vacina no Brasil. A única medida normativa mais específica adotada pela União nesse sentido define os critérios e os procedimentos extraordinários e temporários para tratamento de petições de registro de medicamentos, produtos biológicos e produtos para diagnóstico *in vitro* e mudança pós-registro de medicamentos e produtos biológicos em virtude da emergência de saúde pública internacional decorrente do novo Coronavírus (Lei 13.979/2020 e RDC/ANVISA 348, de 17 de março de 2020). Muito recentemente foi editada a Medida Provisória 994, de 6 de agosto de 2020, que abre crédito extraordinário para a FIOCRUZ. Embora os noticiários informem que

este crédito é destinado à Fiocruz para desenvolvimento e produção da vacina que está sendo testada pela Universidade de Oxford (Reino Unido), a MP apenas menciona que tais recursos seriam destinados para o "Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus" (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 3, 2020, p. 9)

Tal panorama deixou uma sensação de desamparo, onde a vacina se colocava como um importantíssimo passo para o reestabelecimento da normalidade e a preservação da saúde e da vida, sobretudo quando estados e municípios voltavam a flexibilizar medidas de distanciamento contando com sua chegada. Ao mesmo tempo, a população estava desamparada quanto às questões sobre como o país (através do governo federal) iria agir, do ponto de vista da incorporação, produção e distribuição das vacinas.

O boletim de nº 4, publicado em 27 de agosto de 2020, tem foco nos ataques sofridos por povos indígenas ao longo da administração de Bolsonaro e que têm sido agravados durante a pandemia. É impossível desconsiderar, ao se preocupar com esta questão, a política desfavorável do governo Bolsonaro frente a estes povos no âmbito do meio ambiente, neste quesito, o boletim destaca uma comunicação do Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos - CADHu e a Comissão Arns que

sustenta que o discurso sistemático do governo de desautorização da aplicação das leis protetivas ao meio ambiente e de desapareço tanto aos povos indígenas quanto à participação da sociedade civil tem por consequência a incitação à violência contra esses povos e defensores de direitos socioambientais. Já são vários os assassinatos de lideranças indígenas contabilizados desde o início do Governo. Traduz, também, o desprezo do Presidente pelas informações científicas quando não se coadunam com seu interesse. Tudo isto tem criado um ambiente de extrema insegurança de direitos socioambientais com agravamento da violência, desmatamento e incêndios na região Amazônica (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 4, 2020, p. 7)

É fundamental notar que o “discurso sistemático de desautorização da aplicação das leis protetivas ao meio ambiente”, com destaque à região amazônica, é embasado em contrariedade com o que a comunidade científica entende como urgente para a sustentabilidade ambiental do planeta, e que parece vir afetando, de maneira ainda mais grave e urgente, os povos indígenas.

Neste cenário complexo, do ponto de vista da COVID-19, a situação das atitudes do governo federal frente aos povos indígenas se apresenta de modo similar, que pode

ser melhor demonstrado a partir do seguinte trecho, registrado no boletim, ainda na edição de número 2:

No que se refere aos povos indígenas, a cada vez mais frequente alusão ao genocídio baseia-se, entre outros motivos, nos recentes vetos do Presidente da República a numerosos dispositivos da Lei no 14.021, de 7 de julho último, cujo objetivo precípua é evitar a propagação da Covid-19 em territórios indígenas. Além da ação prejudicial, existe a omissão: entre as mais de 1.500 normas editadas no âmbito da União em resposta à Covid-19 entre janeiro e junho de 2020, encontramos apenas sete normas que fazem referência aos indígenas. Entre elas, cinco criam comitês ou equipes de monitoramento para a saúde dos povos indígenas, cujo desempenho merece especial acompanhamento. Já a Portaria no 419 da FUNAI, que em princípio deveria coibir o contato com comunidades indígenas isoladas a fim de protegê-las, mereceu veemente repúdio social por prever exceções que colocavam em risco a saúde dos indígenas, e foi modificada após uma recomendação do Ministério Público Federal. Em fevereiro de 2020, a então relatora da ONU para o direito dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, já havia criticado a decisão do governo brasileiro de nomear um líder evangélico para chefiar a coordenação de índios isolados da Funai, indicando "o potencial de gerar um genocídio para a população de indígenas isolados". A escassez de instrumentos normativos específicos, somada à crônica falta de efetividade no cumprimento das normas protetivas já existentes no ordenamento brasileiro, têm gerado graves violações dos direitos dos indígenas, demonstradas, entre outros fatores, pelo crescente número de casos e de óbitos. Ao menos três petições que apontam a prática de genocídio e outros crimes contra a humanidade pelo governo federal já teriam chegado ao TPI, cabendo à Procuradoria do tribunal decidir sobre a admissibilidade destas demandas. (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 2, 2020, pp. 15-16)

Os danos que esta administração tem causado aos povos indígenas, tanto no âmbito do meio ambiente, quanto no âmbito sanitário e de saúde pública são evidenciados, ora na forma de uma dissonância entre as ações da administração Bolsonaro frente ao conhecimento científico, onde a negação da ciência se transforma em uma catástrofe ambiental impactando violentamente estes povos, ora na forma de desamparo ou inação. A postura deste governo frente aos povos indígenas, no entanto, é constante, impactando negativamente tanto em relação a sua situação de vulnerabilidade durante a pandemia, quanto na questão do meio ambiente, seja ao contrariar recomendações científicas, seja compreendendo recomendações científicas, mas deixando de agir.

Já no boletim de nº 5, publicado em 14 de setembro de 2020, é realizada uma análise sobre as normas jurídicas emitidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A pandemia e seus efeitos potencializam a vulnerabilidade de alguns grupos sociais, e colocam em risco seus direitos, no entanto, na análise realizada, poucas

ações são observadas, partindo deste ministério, do ponto de vista da normatividade jurídica:

De janeiro a agosto, a União editou 2.190 normas relacionadas ao coronavírus. Dessas, menos de dez foram emitidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado pela Ministra Damares. A maioria delas disciplina atividades internas do Ministério, como a prorrogação dos mandatos de membros de Conselhos e a determinação da realização das reuniões em formato remoto, por exemplo. Apenas uma das normas deste pequeno universo apresenta potenciais efeitos à comunidade externa, ao instituir um comitê técnico para elaborar iniciativas de promoção e defesa dos direitos humanos durante a pandemia (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 5, 2020, p. 9)

O ministério, por sua vez, procurou demonstrar que, se por um lado, não emitiu normas jurídicas, por outro, se responsabilizou por ações que visavam o atendimento e orientação das pessoas, tendo adolescentes, crianças, idosos, indígenas, LGBTs (sic), mulheres, pessoas com deficiência e em situação de rua como público alvo. São ações que:

(...) visam o atendimento de populações mais vulneráveis ao coronavírus. É o caso quando alegam ter dado foco aos indígenas, distribuindo cestas de alimentos e EPIs a esses povos – evitando a necessidade de contato desses com a sociedade, em geral, com o objetivo de frear a contaminação nas comunidades tradicionais. Além de terem participado ativamente de ações em camadas já mostradas acima, o Ministério afirma que tem dado ênfase ao Arquipélago do Marajó, área que atraiu o foco de Damares desde sua chegada ao órgão – além de ter sido uma das regiões com os piores índices em matéria de combate à COVID-19 (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 5, 2020, p. 11)

Notamos que, por mais que a inação, do ponto de vista da emissão de normas jurídicas e um acompanhamento mais ativo e de acordo com as tendências globais frente a pandemia, possa ser alvo de críticas, as ações e recomendações do ministério se alinhavam com o conhecimento vigente sobre o combate ao vírus, reconhecendo vulnerabilidades, do ponto de vista epidemiológico, de determinados grupos e recomendando medidas sanitárias como o isolamento e o uso de equipamentos de proteção individual, como as máscaras.

Os boletins de nº 6, nº 7 e nº 8, analisam o discurso de Bolsonaro na ONU, de promover um conteúdo informativo sobre temas como o isolamento social e imunidade de rebanho, da retomada das atividades presenciais na educação, do direito à alimentação durante a pandemia, da violência doméstica durante a pandemia, de um conteúdo informativo sobre vacinação, do impacto da pandemia sobre os direitos dos

idosos, entre outros assunto, no entanto, não tratam de questões específicas em que ele e seu governo tenham agido ou deixado de agir frente a pautas relacionadas ao conhecimento científico.

Já o boletim de nº 9, publicado em 26 de novembro de 2020, ao analisar as normas de resposta ao sistema prisional durante a pandemia, nota que, apesar daquelas que versam direta ou indiretamente sobre a questão no âmbito da união – além das estaduais e municipais –, são insuficientes as medidas do poder público frente à situação, falhando em evitar infecções e mortes, em um ambiente no qual, pelos riscos aos quais as pessoas estão expostas, se esperaria uma gestão ativa.

Os perigos que o atual sistema prisional traz aos detentos devem-se a diversos fatores, tais como a aglomeração de presos em celas muito pequenas - sem acesso aos serviços de assistência médica - e ao mínimo padrão de higiene pessoal e sanitária do cárcere. Por conta disso, se esperaria da União a concentração de ações que trouxessem maior proteção para esses indivíduos, como redução da população carcerária, cuidados com saúde física e mental dos detentos, além da possibilidade de contato com o mundo exterior por meio de videoconferência. Essas medidas, caso adotadas, iriam além da ingênua frase “há um ambiente de relativa segurança para o sistema prisional em relação ao Coronavírus pela própria condição do preso de estar isolado da sociedade” proferida pelo então Ministro da Justiça, Sérgio Moro (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 9, 2020, p. 12)

A análise dos dados por parte do boletim chega ao diagnóstico que, ao longo do processo, as medidas adotadas, como restrição de visitas, além de não terem sido eficientes em evitar contaminações, feriram também direitos básicos dos detentos.

Entre janeiro e a primeira quinzena de setembro de 2020, a União editou 222 normas que versam direta ou indiretamente sobre o tema, não sendo suficientes para evitar os mais de 35 mil infectados e 121 óbitos ocorridos no sistema prisional brasileiro. [...] Da produção normativa dos Poderes Executivo e Legislativo, seja da União ou dos Estados, observou-se uma atuação voltada à prevenção do contato das pessoas em situação de restrição de liberdade com o mundo exterior, mesmo que a custo de restrição de direitos importantes, como o direito à visita e ao recebimento de correspondências. Situações típicas do sistema penitenciário brasileiro com alto potencial de contaminação - como superlotação de celas e péssimas condições higiênicas e sanitárias - foram tratadas apenas pelo Poder Judiciário e por seu órgão de controle, o Conselho Nacional de Justiça (DIREITOS NA PANDEMIA, n. 9, 2020, pp. 12-13)

Dado isto, não houve nenhum caso de negação do conhecimento científico que possa ser destacado, já que houve, de fato, um entendimento da necessidade do distanciamento social e consciência do problema epidemiológico. O que pode ser compreendido, no entanto, foi que a administração adotou uma postura simplista, que

reconheceu o problema, mas não se engajou para minimizar danos, podendo ser representada pela declaração do então ministro da justiça, Sérgio Moro, ao afirmar que havia “um ambiente de relativa segurança para o sistema prisional em relação ao Coronavírus pela própria condição do preso de estar isolado da sociedade”.

Tendo identificado aqui, a partir dos boletins selecionados, as medidas de resposta à COVID-19 nas quais a administração de Bolsonaro se relaciona, de modo positivo ou negativo, com o conhecimento científico, chegamos aos seguintes resultados em relação às categorias de análise previamente estabelecidas: Primeiramente, considerando a categoria (c), ou aquelas ações que contrariam ou negam a ciência de modo geral, é possível destacar que em nenhum momento, dentro de nosso recorte, Bolsonaro e seus ministros justificaram suas ações a partir de uma negação generalizada do conhecimento científico como um todo, desprezando a ciência como instituição. Na verdade, o que ocorreu, na maioria dos casos, foi uma alternância entre as categorias (a), ou seja, aquelas ações que consideram o consenso científico e as recomendações técnico-científicas vigentes como base para sua implementação e (b), ou seja, aquelas que não negam a importância da ciência, mas ignoram o consenso científico e as recomendações técnico-científicas vigentes.

Esta intersecção entre as categorias (a) e (b) aparece já na análise do primeiro boletim no qual existe uma questão técnico-científica envolvida. No boletim nº 2, onde a adoção e recomendação da cloroquina e hidroxicloroquina como tratamentos para COVID-19, em um primeiro momento, foi embasada por alguns estudos científicos preliminares, enquadrando a ação do governo, através do Ministério da Saúde, na categoria (a). No entanto, o embasamento científico se dissolveu tão logo os estudos científicos avançaram e o uso destes medicamentos deixou de ser recomendado pelos especialistas. Seja pelo motivo de que o governo federal já havia encomendado remessas destes medicamentos, seja pelo custo de se retificar, seja por outra razão, o Ministério da Saúde seguiu a recomendar estes medicamentos como tratamento para a COVID-19, mesmo depois de novos estudos não encontrarem indícios de sua efetividade. Este tipo de ação se enquadra, por sua vez, na categoria (b), já que, para justificar suas recomendações, o governo federal ainda partia de alguns estudos

científicos iniciais, que apontavam o potencial destas drogas para o tratamento da COVID-19, mas ignorava os novos estudos publicados e o consenso científico que se formou acerca da ineficácia desta forma de tratamento.

Já a inação do governo federal, destacada no boletim nº 3, frente ao desenvolvimento das vacinas, deixando de preparar o país para uma ampla vacinação, o mais rápido possível, por um breve período de tempo, poderia fazer parte de uma perspectiva cientificamente embasada, adotada por alguns países, como o Reino Unido, que buscava atingir a imunidade da população através do contato das pessoas com o vírus, chegando à chamada imunidade de rebanho. Além disso, em pouquíssimo tempo, os dados dos países que primeiro adotaram este tipo de estratégia não demonstraram resultados positivos, percebendo que o preço para tentar atingir a imunidade desta forma, se tratando do coronavírus, seria de muitas vidas perdidas e o colapso de sistemas de saúde. Deste modo, considerando os dados epidemiológicos dos países que haviam tentado adotar a estratégia destacada, a administração Bolsonaro ignorou as novas pesquisas científicas, tentando implementar uma estratégia que foi identificada como ineficiente, ou, se esses dados foram considerados, a política adotada optou deliberadamente pelas infecções e mortes na esperança de atingir a imunidade de rebanho que não podia ser garantida frente às constantes mutações do vírus. Assim, este aspecto da administração Bolsonaro se enquadraria, ou na categoria (b), se estava ignorando o consenso científico em sua tentativa de preservar vidas, ou na categoria (a), se estava considerando o entendimento científico sobre sua estratégia, e optando pelas consequências perigosas que isso representava.

Se enquadram na mesma situação do parágrafo anterior, a resposta institucional de Bolsonaro e seus ministérios à questão da vulnerabilidade das comunidades indígenas frente ao avanço da pandemia, abordada nos boletins de nº 2 e nº 4 e à questão da atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante a pandemia, abordada no boletim nº 5. Nesse sentido, esta administração, considerando os dados científicos, optou pela exposição destas populações ao risco, seguindo uma tendência observada no governo de uma política hostil aos povos indígenas e aos direitos humanos, ou ela, simplesmente, não buscou informações científicas para embasar suas

ações, agindo de maneira ineficiente ao desconsiderar os dados trazidos por diferentes estudos sobre os temas. Novamente, poderíamos supor um enquadramento desta “não-resposta” institucional na categoria (a) ou na (b).

Por fim, o boletim de nº 9, que destaca a questão do sistema carcerário durante a pandemia nos mostra que, por um lado houve a incorporação do conhecimento técnico e científico vigente nos discursos de integrantes do governo Bolsonaro, como o então ministro Sérgio Moro, considerando aspectos técnicos, ao discutir o isolamento e a restrição de visitas. Por outro lado, entretanto, a incorporação discursiva e/ou superficial das recomendações científicas não foi capaz de minimizar os danos da COVID-19 na população carcerária. Deste modo, por um lado, havia o conhecimento científico, plenamente considerado, por outro havia pouca disposição do governo federal em sua mobilização para assegurar a saúde e os direitos dos detentos. Neste caso, novamente as categorias (a) e (b) se sobrepõem quando as recomendações técnicas não são desqualificadas, mas a implementação de diferentes medidas sugeridas por especialistas é negligenciada.

Neste ponto, podemos sumarizar os resultados que obtemos aqui através do seguinte quadro que expõe a postura das reações normativas do governo Bolsonaro durante a pandemia frente aos temas: dos possíveis tratamentos para a COVID-19; do desenvolvimento e implementação das vacinas; do amparo aos povos indígenas; da atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e da atuação frente ao sistema carcerário. Nas colunas encontram-se as diferentes categorias propostas para a análise, incluindo a condicional entre as categorias (a) ou (b), enquanto nas fileiras, estão os diferentes temas de ações normativas do governo federal, analisados aqui em relação ao conhecimento científico vigente. Chamamos a atenção para a possibilidade das atuações normativas de resposta do governo Bolsonaro se enquadrarem simultaneamente em mais de uma categoria, por exemplo (a) e (b), assim como para a possibilidade das atuações se enquadrarem em um condicional, por exemplo (a) ou (b).

Quadro 1 – Atuação do governo Bolsonaro frente às pautas relacionadas ao conhecimento científico

	(a)	(b)	(c)	(a) ou (b)
Atuação frente aos possíveis tratamentos para a COVID-19	x	x		

Atuação frente ao desenvolvimento e implementação das vacinas				X
Atuação frente aos riscos da pandemia às populações indígenas				x
Atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos				x
Atuação frente aos desafios do sistema carcerário na pandemia	x	x		

Fonte: Elaboração do autor com base em dados da pesquisa. (a): ações que consideram o consenso científico e as recomendações técnico-científicas vigentes. (b): ações que não negam a importância da ciência, mas ignoram o consenso científico e as recomendações técnico-científicas vigentes. (c) ações que contrariam ou negam a ciência de modo geral.

A análise realizada deixa evidente uma oscilação entre ciência e anticiência, confirmando a hipótese, inicialmente proposta neste capítulo, de que o governo Bolsonaro atuaria de modo instrumental frente às questões relacionadas ao conhecimento científico, resultando em uma alternância entre suas ações institucionais de resposta à pandemia, se enquadrando nas categorias (a), (b) ou (c). Estes resultados sugerem que há uma adequação das ações do governo, ao aderir ou não ao conhecimento científico, com sua agenda política. Além disso, é evidenciado que, mesmo negando parcialmente dados, estudos e pesquisas, a ciência não é desqualificada plenamente, não tendo sido identificada nenhuma forma de atuação que se enquadrasse na categoria (c), o que pode sugerir uma preservação desta instituição para uma potencial legitimação de ações futuras, haja vista a própria oscilação observada em nossos resultados.

Os dados sugerem, ao compararmos o alinhamento e histórico político do governo em questão e sua atuação durante a pandemia, que existe uma racionalidade instrumental na adesão ou negação da ciência nos diferentes momentos em que esta administração teve de agir em torno de critérios técnicos. A pesquisa apontou para o fato que, em diferentes momentos, como na recomendação de tratamentos para a COVID-19 e a escolha da estratégia para a imunização da população, o governo, através do presidente e seus ministérios, pareceu manter o embasamento pelo consenso científico tão somente enquanto este proporcionava a implementação de políticas que o mesmo considerava interessantes, ignorando ou desqualificando novos dados, estudos e pesquisas que implicariam em uma atuação diferente. Fica assim, evidente que tanto quando evoca a ciência, quanto quando a ignora, Bolsonaro e sua administração mantém sua agenda política, para exemplificar podemos apontar a permanência dos ataques aos

direitos dos povos indígenas. É claro que novos trabalhos e pesquisas mais extensas podem trazer novas luzes, de modo a ampliar este entendimento sobre o assunto da instrumentalidade da ciência e também da negação da ciência, já que os dados analisados aqui se limitam às normas jurídicas de resposta abordadas nos boletins analisados durante o ano de 2020, deixando espaço para novas análises. Na última seção desta dissertação, apresentada a seguir, desenvolvemos mais aquilo que podemos concluir a partir destes resultados, considerando a perspectiva da teoria crítica de Habermas.

## 5 Conclusão

Após partirmos de uma perspectiva sobre ciência e sociedade desenvolvida por Jürgen Habermas com o intuito de investigar a ruptura do governo Bolsonaro com anteriores administrações no Brasil no que diz respeito às temáticas científicas, fomos capazes de identificar um posicionamento que oscila entre ciência e anticiência nas respostas jurídicas do governo Bolsonaro à pandemia de COVID-19 no Brasil. A partir dos resultados, podemos sugerir a emergência de uma nova forma de racionalidade instrumental. Se, ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o conhecimento científico foi instrumentalmente utilizado em benefício da manutenção das formas vigentes de poder, novos avanços científicos vêm se apresentando como empecilhos para a manutenção das velhas estruturas econômicas. Deste modo, passa a existir racionalidade instrumental também na desqualificação e na negação do conhecimento científico quando tratamos de alguns temas. A esta nova e específica forma da mesma racionalidade mencionada, damos o nome de negacionismo instrumental.

A instrumentalidade das ações anticientíficas, identificadas no governo Bolsonaro, se for identificada também como um padrão nas diferentes administrações neoconservadoras ao redor do globo, pode nos ajudar a compreender uma nova tendência no capitalismo global: em um momento em que conhecimento científico e interesses capitalistas passam a apresentar divergências, a racionalidade capitalista passa a divergir também da racionalidade científica. Nossa pesquisa se limitou às ações do governo Bolsonaro no Brasil durante a pandemia, mas mediante a recentes transformações materiais e sociais observadas ao redor do mundo, é plausível que o

fenômeno seja, de fato, observado em diferentes administrações neoconservadoras, indo muito além de Bolsonaro e da pandemia de COVID-19. Das transformações materiais relevantes para tal temos o advento da internet e sua popularização. A velocidade e a dinâmica dos fluxos de informação nas redes sociais se mostraram, nos últimos anos, como um aspecto muito importante para a expansão do pensamento anticientífico nas sociedades ocidentais. Das transformações sociais, podemos destacar a crise do Estado de bem-estar social e a emergência de novos estudos científicos que apontam a insustentabilidade (enquanto sistema) do modo de produção capitalista. Assim, tanto como forma de corroborar, no caso brasileiro, os dados que obtemos aqui, quanto com o intuito de identificar estas mesmas tendências em outras administrações neoconservadoras, novas pesquisas sobre o tema podem se mostrar extremamente interessantes.

Em nosso capítulo teórico, chamamos atenção para uma divergência entre Marcuse e Habermas. Marcuse, por um lado, crê que a busca racional pela realização de interesses particulares, isto é, uma razão instrumental, tem a capacidade de se impor, não apenas sobre o desenvolvimento tecnológico, mas também sobre o desenvolvimento da ciência. Isto explicaria porque, desde muito cedo, o conhecimento científico potencializou o desenvolvimento capitalista e, sobretudo, potencializou os interesses daqueles que detinham o poder nesta sociedade. Afinal, o poder concentrado nas mãos de grandes capitalistas, possibilitaria que estes, a partir da perspectiva de Marcuse, construíssem sua própria ciência, os capacitando a maximizar os seus próprios interesses: a razão instrumental se imporia sobre a ciência. Habermas entende que o poder centralizado na sociedade capitalista, partindo de seus interesses, tem a capacidade de subsidiar ou reprimir o conhecimento científico, assim como, a partir dele, é capaz de desenvolver aplicações técnicas. Isto é, para o autor, o conhecimento científico é instrumentalmente direcionado e instrumentalmente utilizado. Apesar disso, este conhecimento, no entanto, por si só, está livre de interesses. Trata-se justamente de um conhecimento intersubjetivamente acessível, capaz de dizer algo de concreto sobre o mundo natural e as possibilidades de sua transformação. Somado a isto, por mais direcionados ou ofuscados que sejam o conhecimento científico e a aplicação da ciência por diferentes formas de poder, qualquer direcionamento ou aplicação instrumental da

ciência pode apresentar aplicações e desdobramentos imprevisíveis, capaz de ser voltado contra a intenção de seus financiadores. Tal perspectiva implica no fato de conhecimento científico e poder capitalista costumarem estar em uma espécie de alinhamento, mas isto não se constitui como uma regra: a racionalidade instrumental não cria uma ciência capitalista, ela pode direcionar o desenvolvimento e as aplicações técnicas, a partir de seus interesses, de uma ciência intersubjetivamente acessível.

Esta sutil divergência entre uma ciência que tem em si mesma imposta a racionalidade instrumental capitalista e uma ciência intersubjetivamente acessível direcionada ou ofuscada pelo poder capitalista, evidencia como cada um dos autores entende o modo através do qual podem ser efetivados os interesses de uma teoria crítica na busca da transformação emancipadora da realidade social. Para Marcuse necessitaríamos de uma nova ciência, uma ciência constituída a partir de uma racionalidade mais crítica, capaz de proporcionar a superação das desigualdades e injustiças sociais. Para Habermas, a ciência que encontramos em nossa sociedade hoje, por proporcionar um conhecimento intersubjetivamente aplicável, assim como por ser socialmente mediada a partir de uma racionalidade instrumental, pode ser também socialmente mediada a partir de uma racionalidade crítica transformadora. Os resultados que encontramos nesta pesquisa parecem fortalecer a abordagem de Habermas. A ciência é capaz de nos informar sobre as possibilidades de tratamentos, a vulnerabilidade de determinados segmentos da sociedade, a importância das medidas de isolamento e da vacinação na contingência de uma doença como a COVID-19. Afinal, respostas a questões referentes a quais drogas são capazes ou não de enfrentar o vírus, como sua circulação pode ser barrada e como determinadas variáveis impactam na circulação da doença, constituem um conhecimento intersubjetivamente acessível. Em casos como o da manutenção da recomendação de cloroquina/hidroxicloroquina para o tratamento de COVID-19, a administração Bolsonaro preferiu fingir que o conhecimento científico sugeria a eficácia destes medicamentos, expondo os brasileiros a graves consequências. Em casos como o da ausência de ações positivas no combate ao vírus entre a população carcerária, a administração Bolsonaro sabia das recomendações oriundas do conhecimento científico em vistas de evitar o contágio e as mortes, mas deliberadamente não as cumpriu à risca.

Em oposição à subjetividade da esfera da interação, a ciência diz respeito à esfera do trabalho, por isso não pode orientar as ações comunicativas que dizem respeito ao mundo da vida. Bolsonaro e seus ministros poderiam concordar com aquilo que informavam os cientistas sobre a inefetividade de cloroquina no tratamento de COVID-19 e mesmo assim recomendar, por interesse, a sua utilização, ainda que tal atitude responsabilizasse este governo por inúmeras mortes. No entanto, quando o conhecimento científico vigente é negado neste caso, percebemos a racionalidade instrumental presente no negacionismo científico. O governo age contrariando as recomendações da ciência para minimizar os danos da doença, mas se exime de tal responsabilidade ao passo que evoca a anticiência como justificativa para suas ações.

Frente a esta racionalidade instrumental, presente quando partidários do neoconservadorismo estrategicamente ignoram ou negam a ciência, defendemos uma racionalidade crítica que abrace o conhecimento científico. Afinal, aqueles que luta pela emancipação e pela igualdade jamais podem virar as costas para um conhecimento intersubjetivamente acessível, capaz de direcionar a transformação da realidade material do mundo em que vivemos e, por consequência, também a social. Se os avanços técnico-científicos, ao longo dos últimos séculos, em prol dos lucros de uma minoria, tiveram um impacto destrutivo sobre a saúde das pessoas e do planeta, não é negando o conhecimento científico vigente que tal força destrutiva pode ser combatida, mas partindo do mesmo. A mesma química que afirma a possibilidade de se realizar a queima de combustíveis fósseis para se gerar uma energia que alimenta diferentes setores da indústria capitalista, é a que nos adverte sobre os impactos negativos causados na atmosfera por esta queima de combustíveis, assim como é também a mesma que nos possibilita o desenvolvimento de soluções técnicas como alternativas emancipatórias, igualitárias e sustentáveis. Ignorar ou negar o conhecimento científico, da química ou qualquer outra área, significaria apenas fechar os olhos para os problemas, abrindo mão de um conhecimento com a capacidade de embasar soluções.

Não podemos cair na armadilha da tecnocracia, o conhecimento científico não tem a capacidade de nos proporcionar soluções pragmáticas para problemáticas sociais, pertencentes ao mundo da vida. No entanto, do mesmo modo que a ciência, por sua

capacidade em compreender e possibilitar a transformação do mundo natural, durante muito tempo capacitou a reprodução do modo de produção capitalista e suas formas de desigualdade, também tem o potencial, se for utilizada a partir de uma racionalidade crítica que busque a emancipação humana, para capacitar uma nova forma de relação mais justa e sustentável de seres humanos com a natureza e entre si.

Não devemos buscar uma nova cientificação da política, através da qual partidos e grupos se utilizem da confiança das pessoas em uma instituição como a ciência para tentar impor, como se fossem neutras, suas ideias parciais. No lugar disso, devemos buscar a defesa e o fortalecimento da ciência, assim como nos aproveitar da dinâmica das novas tecnologias da informação para promover o conhecimento científico e a consciência de que, mesmo este não podendo proporcionar respostas imparciais aos nossos problemas sociais, podemos, a partir dele, debater ideias e criar soluções parciais – em busca de igualdade e justiça – para transformar a sociedade.

## Referências

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. O golpe na narrativa da Ciência Política: como explicar o que não deveria ter acontecido? In: SOUZA, Daniel Maurício Viana de (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**, pp. 17-29, Pelotas: Editora UFPel, 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. In: **Revista de Economia Contemporânea**, número especial, pp. 1-63, 2017.

CARVALHO, Ruy de Quadros & BERNARDES, Roberto. Reestruturação industrial, produtividade e desemprego. In: **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, pp. 53-62, 1996.

COUTO, J. M.; GARCIA, M. F.; FREITAS, C. E.; SILVESTRE, R. C. Desemprego tecnológico: Ricardo, Marx e o caso da indústria de transformação brasileira (1990-2007). In: **Economia e Sociedade**, v. 20, n. 2, pp. 299-327.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. In: **Economia & Tecnologia**, pp. 91-103, ano 7, vol. especial, 2011.

DOS SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. In: **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, pp. 151-161, 2008.

FEENBERG, Andrew. Marcuse or Habermas: two critiques of technology. In: **Inquiry**, vol. 39, pp. 45-70, 1996.

FIEGENBAUM, Ricardo Zimmermann. A mediação do golpe do impeachment: ação política e produção discursiva. In: SOUZA, Daniel Maurício Viana de (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**, pp. 45-65, Pelotas: Editora UFPel, 2021.

GENTIL, Denise & HERMANN, Jennifer. A política fiscal do primeiro governo Dilma Rousseff: ortodoxia e retrocesso. In: *Economia e Sociedade*, v. 26, n. 3, pp. 793-816, 2017.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HABERMAS, Jürgen. A nova intransparência: a crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, v.18, pp.103-114, 1987a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa I: Racionalidad de la acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987b.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1997.

HABERMAS, Jürgen. Depois de trinta anos: notas acerca de Conhecimento e interesse. In: **Revista Internacional de Filosofia**, vol. 2, pp. 332-341, 2011.

HAMMOND, D., COLLISHAW, N. E. & CALLARD, C. Secret science: tobacco industry research on smoking behaviour and cigarette toxicity. In: **The Lancet**, pp. 781-787. 2006.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: **Benjamin, Habermas, Horkheimer, Adorno: textos escolhidos**, pp. 125-162. São Paulo: Abril, 1983.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional: a ideologia da sociedade industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MORAIS, Lecio & SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. In: **Revista de Economia Política**, pp. 507-527, vol. 31, n. 4, 2011.

MOREIRA, Dâni Rodrigues. Junho de 2013: a mídia, o golpe e a ascensão da extrema direita no Brasil. In: SOUZA, Daniel Maurício Viana de (org.). **O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**, pp. 30-44, Pelotas: Editora UFPel, 2021.

PLEYERS, Geoffrey & BRINGEL. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Nova Sociedade**, Vol. 2015, n. 2, pp. 4-17, 2015.

RIBAS, Rodrigo Pacheco. **Estratégias de Empresas de Petróleo no Cenário de Mudanças Climáticas Globais**. Rio de Janeiro, 2008.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. In: **Novos Estudos CEBRAP**, v. 97, 2013.

WANG, Jessica. Science, Security, and the Cold War: The case of E. U. Condon. In: **History of Science Society**, vol. 83, n. 2, pp. 238-269. Chicago, 1992.

### **Apoio**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.